

Biodiversidade, sustento e culturas é uma publicação trimestral de informação e debate sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte da nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina, e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, da diversidade cultural e do autogoverno, especialmente das comunidades locais: mulheres e homens indígenas e afroamericanos, camponeses, pescadores e pequenos produtores.

Biodiversidade, sustento e culturas

Número 79, janeiro de 2014



Editorial

Uns meninos à beira de um campo de soja transgênica, queimado por tanto agrotóxico. E suas famílias, sua comunidade, vivem logo ao lado, como se isso não significasse nada. Como se os dez metros de separação impostos pelas regulamentações ambientais fossem protegê-los. E, se o arame farpado é um símbolo sinistro, aqui é mais, porque as corporações protegem assim sua propriedade privada, seu sigilo e a monopolização brutal de terras, enquanto, pelo ar, invadem todas as direções com seu rastro de morte. Se a

monopolização de terras ocorre em todo o continente latino-americano, no Paraguai, particularmente, 85% da terra está nas mãos de 2%. São os donos que determinam. Os antigos proprietários de terras que viram no Paraguai uma grande fazenda escondida dos olhos do mundo; os novos pioneiros brasiguaios ávidos por aventuras nas terras inexploradas que podem predar, como no século XVIII. As grandes empresas transnacionais que dão racionalidade e instrumentos e insumos a todos estes donos, elas mesmas detentoras de um futuro agroindustrial nunca antes visto. Com novos desenvolvimentos e artimanhas antiquíssimas, a classe abastada do Paraguai continua decidindo a vida e a morte, sem nenhuma consideração.

Durante anos o Paraguai foi o país mais desconhecido para o resto da América Latina. Talvez a seus vizinhos Bolívia, Argentina e Brasil chegasse o rumor do que ocorria por trás dos portões dessa interminável fazenda onde a maioria da população falava guarani e era mantida em escravidão disfarçada pela elite crioula dos “colorados”, o partido da oligarquia local, encabeçado pelo ditador Stroessner.

Falava-se da atividade intensa na imensa floresta, para retirar madeira e ouro de outras regiões sem que o movimento fosse tão notório, do tráfico de pessoas, com espécies animais para exportação e com todo tipo de mercadorias lícitas e ilícitas que abriram uma porta dos fundos na Amazônia.

Mas chegou a soja, transgênica, que entrou ilegalmente a partir do Brasil e da Argentina, e logo se estendeu às principais zonas até invadir 60% da área agrícola do país, com formas de cultivo que desmatam a floresta nativa, que contaminam e erodem os solos, que destroem os recursos hídricos e expulsam as pessoas depois de envenená-las sistematicamente com os piores agrotóxicos que existiram até os dias atuais.

Se hoje quase toda a soja cultivada no Paraguai é geneticamente modificada, o fato também simboliza, com toda nitidez, a operação realmente existente de um sistema agroalimentar industrial com todos os seus tentáculos chegando até os poderes políticos do Estado paraguaio (ou os tentáculos do poder se estendendo até o sistema agroalimentar industrial, porque a relação é de ida e volta) que utiliza todos os instrumentos ao seu alcance para impedir que as pessoas resolvam por si mesmas sua subsistência, e violenta todos os parâmetros da vida social, ecológica, política, econômica e subjetiva das comunidades a fim de promover sua expulsão para que as grandes corporações manobrem à vontade.

Na Colômbia, Argentina, Chile, México, Costa Rica, Honduras, Guatemala, Haiti ou Equador os agronegócios estimulam, junto com os governos da vez, direitos de propriedade intelectual, privatização de terras, programas de desenvolvimento que fragmentam as comunidades ou políticas públicas que representam um ataque ao campesinato, em prol das grandes corporações agrícolas e de alimentação, ou em prol de um extrativismo que não quer que os territórios estejam habitados pelas comunidades que desde sempre os defenderam. Mas é no Paraguai onde cada uma destas formas de operação das corporações se encaixa com as outras totalmente, em todos os âmbitos da vida, buscando um controle absoluto e complexo que pretende

erradicar toda vida social e política, suprimir toda dissidência, e monopolizar toda a riqueza existente esmagando tudo em seu caminho.

No Paraguai, além do mais, isso acontece de tal maneira e de modo tão estrutural que não podemos senão alertar para a gravidade das violações dos direitos humanos individuais e dos plenos direitos dos povos que compõem o país. A pesquisa e visita de observação que empreendemos para avaliar os impactos nocivos que o advento de um governo inclinado às corporações teve sobre o país inteiro se assemelha ao pesquisado por muitos outros atores (entre eles organismos de direitos humanos, organizações não governamentais, da sociedade civil, movimentos sociais, ou as instâncias de entidades acadêmicas preocupadas pela piora que ocorreu no país após a derrubada do governo legítimo de Fernando Lugo).

No Paraguai há perseguição de camponeses, há imposição de cultivos, há contaminação transgênica extrema legal e extensiva, desmatamento extremo, esgotamento dos solos pelo uso indiscriminado de agroquímicos, privatização e contaminação dos corpos d'água, dos poços e dos mananciais, promoção da propriedade intelectual, desigualdade no tratamento fiscal favorável às grandes corporações, promoção de leis nocivas à população, incentivo aos agrotóxicos em que pesem os efeitos comprovados sobre a saúde ambiental e humana a ponto de produzir câncer, leucemia, problemas respiratórios, malformações embrionárias em humanos e animais, severos problemas estomacais, cegueira e morte. Há especulação e aumento do valor da terra, perda da biodiversidade, e grave perda da soberania alimentar e territorial.

É grave a criminalização das demandas camponesas que nos levam a levantar nossa voz em defesa da dignidade mais elementar e das garantias individuais e coletivas mais básicas em qualquer país. E a levantamos contra os assassinatos de incontáveis pessoas.

Falamos do exílio de cerca de 90 mil pessoas por ano, que chegam às cidades para viver praticamente dos subempregos mais indignos, nas favelas que, pelo menos na capital, Assunção, se estendem inclusive na vizinhança do recinto legislativo nacional.

Mas as comunidades que resistem, na confusão das grandes empresas, promovendo biodiversidade, saúde ambiental, respeito mútuo e justiça social, fomentam a independência material das pessoas e dos coletivos mediante profundas tradições de luta pacífica e criatividade comunitária. Gente que, das diferentes camadas da sociedade paraguaia, continuará buscando um futuro aberto e feliz para todas e todos. *Biodiversidade, sustento e culturas* se junta a estas vozes e faz votos de que a sociedade civil paraguaia consiga transformar as condições em que o país vive, e consiga estabelecer uma democracia plena, onde o respeito e a justiça estejam de mãos dadas com a liberdade, a vida e a dignidade.

Relatório da visita de verificação sobre os impactos da soja transgênica no Paraguai

Rede por uma América Latina Livre de Transgênicos, Aliança Biodiversidade

Outubro de 2013



Mecanização nos campos de soja no Paraguai. Foto: arquivo Sobrevivência

Introdução. A Rede por uma América Latina Livre de Transgênicos e a Aliança Biodiversidade, preocupadas com as constantes denúncias sobre a violação dos direitos humanos no Paraguai (muitas das quais estão relacionadas com a expansão dos monocultivos de soja transgênica no país), produziram um relatório detalhado sobre a situação.

O relatório se baseia na revisão bibliográfica sobre esta problemática e numa visita de verificação realizada no dia 19 de outubro de 2013, no Guayaibí, Departamento de São Pedro.

Apresentamos as principais constatações da missão, tanto o que foi observado no território como o que foi relatado na literatura a respeito.

Antecedentes. O Paraguai ocupa o sexto lugar em produção de soja e o quarto como exportador em nível mundial. Segundo dados da Dirección General de Estadística, Pesquisas e Censos (DGEEC, por sua sigla em espanhol) desse país, em 2007 a pobreza extrema no campo cresceu até 24,4%, o que significa 4% mais que em 2005. Além disso, 10,6% da população rural se encontra na faixa de pobres não extremos, 5% menos que em 2005.

O aumento da produção de soja significou também a substituição de cultivos alimentícios dos quais a soberania alimentar do povo depende — pela

produção de um cultivo de exportação que beneficia uns poucos (a maioria deles não paraguaios), e o desaparecimento de sua floresta nativa e das áreas protegidas onde moram comunidades indígenas.

Sobre a posse da terra no Paraguai e a introdução da soja no país

Cerca de 80% das terras do Paraguai estão concentradas com 2% dos proprietários. Se examinarmos um pouco mais de perto os nomes que figuram como acionistas dentro desses 2%, poderemos ver as conexões entre o poder político herdado da ditadura de Alfredo Stroessner, os grandes proprietários de terras paraguaios e os meios de comunicação.

A estrutura agrária paraguaia se caracteriza por sua dualidade, onde convivem o latifúndio e o minifúndio: o primeiro, dedicado principalmente às atividades pecuárias e florestais. Tais características se modificaram desde a adoção massiva da soja (e do algodão), ambos produtos de exportação, o que, entre outras coisas, introduziu um tipo de produção altamente tecnificada, empresarial e em grande escala. Isso acarretou uma decomposição e empobrecimento do campesinato. (Morínigo, 2003)

No ciclo agrícola 1999-2000 foi introduzida (ilegalmente) a semente de soja transgênica. A partir desse momento, a área plantada com soja foi posicionando o Paraguai como um dos principais produtores e exportadores de soja em nível mundial.

A área cultivada com soja aumentou consideravelmente com a incorporação de sementes transgênicas com resistência a herbicidas em sua matriz produtiva, promovendo um modelo que acentua as diferenças existentes em relação à posse da terra. Por exemplo, em 2005, 4% dos produtores de soja manejaram 60% do total da superfície com este cultivo, enquanto os 76% restantes dos produtores só tiveram acesso a 7% do total plantado; e 0,2% dos produtores de soja manejaram 12% da superfície plantada com este cultivo em extensões iguais ou superiores a 5 mil hectares. (CAN, 2008)

Esta grande expansão dos cultivos de soja no Paraguai foi produzida à custa da agricultura camponesa. Dos 27 mil estabelecimentos plantadores de soja, 45 são de empresas que cultivam mais de 5 mil hectares, cujas divisas não ficarão no Paraguai, mas irão para o Brasil (Fogel, 2005: 38), pois o capital, a tecnologia e os produtores provêm desse país. Isso se deve ao fato de o Paraguai ter algumas "vantagens comparativas" para o agronegócio, incluindo o preço da terra.

As ocupações brasileiras não respeitam os assentamentos camponeses, a quem encurralam e desalojam, pois entram nesses territórios com economias de escala e um pacote tecnológico que inclui:

- * sementes de soja transgênica resistente a herbicidas
- * pulverizações aéreas ou terrestres intensivas
- * plantio direto
- * agricultura de precisão
- * compra ou arrendamento de terras

Esse é um modelo produtivo que os pequenos camponeses não podem sustentar. De acordo com Rodríguez (2001), a unidade produtiva mínima para que esse pacote tecnológico funcione é de 500 hectares, por isso se poderia dizer que é um modelo concentrador de terra, e que promove o êxodo rural.

Uma consequência direta de sua implementação é o desaparecimento de coletividades camponesas (Fogel, 2005).

Sobre os impactos sociais e ambientais dos cultivos de soja

Em seu estudo sobre os impactos sociais da soja no Paraguai, Fogel (2005: 40) apresenta os seguintes dados sobre o tamanho das unidades produtivas que cultivam soja. Temos que:

* Em 1991, se somarmos todos os estabelecimentos que plantavam soja, 55% deles eram menores do que 20 hectares, eram pequenos produtores que plantavam soja em associação com outros cultivos. Só em 9% dessas áreas plantavam soja em monocultivo.

* Em 60% da superfície total de estabelecimentos plantados com soja, o sistema de monocultivo ocorria naqueles maiores do que 100 hectares.

* Em 2002, dos 100% da zona cultivada com soja, os pequenos produtores com estabelecimentos de menos de 20 hectares plantavam uma área total de 3,7%, mas se for contado o número total de estabelecimentos com soja (e não a superfície), os pequenos produtores eram donos de 46,9% das unidades produtivas. Ou seja, havia uma péssima distribuição da terra. No entanto, é preciso registrar que essas pequenas unidades produtivas estavam arrendadas para grandes empresários. Isso significa que, além de o conjunto dos pequenos terem apenas 3,7% (sendo juntos 46,9% dos proprietários), muitos arrendavam suas terras para empresários.

* 75% da soja era produzida em estabelecimentos maiores do que 100 hectares, nos grandes territórios ocupados pelos proprietários de terras.

* Em 2008, 76% dos produtores cultivavam soja em estabelecimentos menores do que 50 hectares e, juntos, ocupavam 7% da área total plantada com soja em nível nacional.

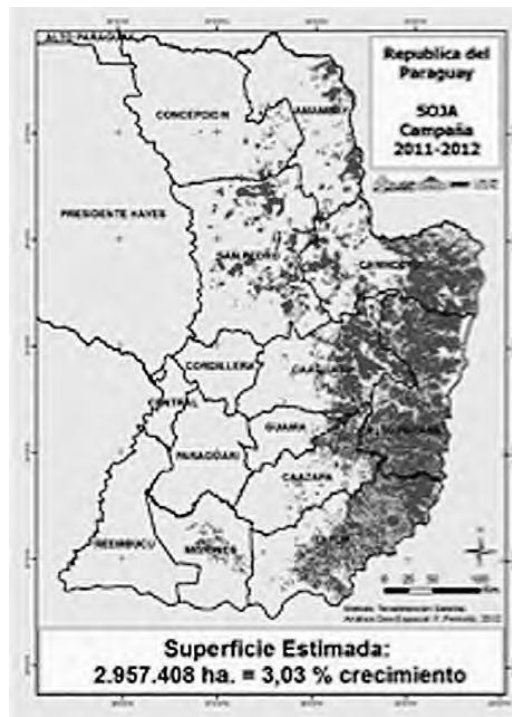
* 20% dos produtores a faziam em estabelecimentos de 51 a 500 hectares, e ocupavam 33% da área total de soja.

* 4% cultivavam soja em estabelecimentos maiores do que 500 hectares, e a área que controlavam era 60% do total cultivado no país (Catacora et al, 2012).

A expansão da soja no Paraguai

O Paraguai faz parte da chamada, pela Syngenta, “República Unida da Soja”¹, que é uma área de 46 milhões de hectares. A soja transgênica com resistência ao glifosato foi aprovada no Paraguai em 2004, mas havia sido introduzida alguns anos antes de maneira ilegal. Agora, entre 95 e 100% são soja transgênica RR da Monsanto.

Em 2001, 44% das terras aráveis do Paraguai estavam dedicadas ao cultivo de soja, com 1,2 milhão de hectares cultivados. Desde então, a soja não parou de se expandir, com uma média de crescimento de 8,5% anuais até o ano de 2005. Em 2004, as plantações de soja chegam a 1,9 milhão de hectares, mais de 50% da área cultivada no país. Esta área representava 2% dos cultivos de soja em nível mundial. (Fogel, 2005)



Neste mapa é representada a área onde se concentra a produção de soja no país

No quadro a seguir observa-se a evolução da mudança no uso da terra no Paraguai como consequência da introdução da soja transgênica.

Período avaliado	Área cultivada com soja	Terra arável	Terra agrícola
1991	55 mil	2,15 milhões	17,2 milhões
1995	740 mil	2,6 milhões	16,46 milhões
2000	1,2 milhão	3,202 milhões	20,33 milhões
2005	2 milhões	3,46 milhões	19,94 milhões
2009	2,52 milhões	3,8 milhões	20,9 milhões
2010	2,68 milhões	Nd	Nd
Aumento (ha) 1991-2010	1,97 milhão	1,65 milhão	3,71 milhões
Aumento (%) 1991-2010	356,8	76,7	21,5

Fonte: Catacora et al (2012)

Em média, a soja cresceu no Paraguai a uma taxa de 113 mil hectares ao ano.

Aumento no uso de agrotóxicos

Parte do pacote tecnológico que acompanha as sementes de soja transgênica é o glifosato. Isso significou um aumento no uso deste agrotóxico no Paraguai.

Em 2005, foram utilizados 20 litros de glifosato por hectare de soja transgênica, além da aplicação de outros agrotóxicos ainda mais fortes, tais

como Endosulfan, Paraquat e até DDT. (BASE-IS e Grupo de Reflexão Rural, 2006)

Durante a safra agrícola 2007/2008 mais de 21 milhões de litros e mais de 1,9 milhão de quilos de agrotóxicos foram aplicados nos cultivos de soja do Paraguai. Nas safras agrícolas anteriores chegaram a ser despejados em torno de 24 milhões de litros de produtos químicos nas lavouras de soja. (Pereira, 2009)

No quadro a seguir são apresentados os principais agrotóxicos aplicados nos cultivos de soja transgênica no Paraguai, na safra 2007/08.

Agrotóxico	Uso	Quantidade de litros aplicados em 2.644.856 hectares
Glifosato	São realizadas duas aplicações no pré-plantio e outra pós-plantio para controle de ervas espontâneas.	5.289.712
Cipermetrina	Para controle de lagartas antes da floração (quantidade de aplicações de acordo com a infestação).	1.983.642
Acefato	Para controle de percevejos na formação de vagens (quantidade de aplicações de acordo com a infestação).	1.983.642
Endosulfan	Inseticida	3.173.827
Tebuconazole	Para controle de ferrugem (quantidade de aplicações de acordo com a infestação).	1.322.428
Paraquat	Se não há dessecação natural, aplica-se oito dias antes da colheita.	6.612.140
Total de todos os agrotóxicos		21.423.333

Fonte: Programa de Biodiversidade da organização ambientalista "ALTER VIDA", citado em Pereira (2009).

Cerca de 23.000 toneladas de agrotóxicos foram importados no ano de 2007 no Paraguai, quase 6.000 toneladas a mais que no ano de 2006 e cerca de 6.600 toneladas a mais que em 2005. Desde 2004 se registra um aumento contínuo do nível de importação de agrotóxicos que coincide com o incremento do território cultivado com soja. O investimento em agrotóxicos em 2007 foi de mais de 60 milhões de dólares em comparação com 2006, passando de quase 86 milhões para mais de 145 milhões de dólares, um salto de 70%. (Pereira, 2009)

Os efeitos dos agrotóxicos sobre a saúde

No Paraguai, a doutora Stela Benítez e seus colegas da Cátedra de Pediatria da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nacional de Assunção encontraram que viver a até 1 quilômetro dos campos de soja transgênica pulverizados aumenta o risco de nascimento de crianças com malformações, e prova a associação entre a exposição a agrotóxicos e as malformações congênitas em neonatos. A pesquisa mostra que duas de cada cinco crianças nascidas nas proximidades de campos pulverizados do Departamento de Itapúa, onde foi intensificado o uso de agrotóxicos nos cultivos extensivos de soja, têm malformações. Isso significa que em torno de

40% das crianças cujas mães tiveram contato de forma direta ou indireta com os agrotóxicos nasceram com algum tipo de malformação, na zona fronteira com a Argentina.

HOY SE PRESENTAN RESULTADOS DE UNA INVESTIGACIÓN HECHA EN EL HOSPITAL DE ENCARNACIÓN

En 2007 nacieron 52 bebés con malformaciones por agrotóxicos

Estudio comprueba los efectos dañinos que producen los pesticidas utilizados en el agro en la salud humana.

Entre febrero del 2006 y marzo del 2007 se registraron al menos 52 casos de nacimientos con malformaciones congénitas en el Hospital Regional de Encarnación, todas ligadas al uso indiscriminado de agrotóxicos, según revela una investigación hecha por la pediatra Stela Benítez, que será presentada esta noche.

Bajo el título "Malformaciones congénitas asociadas a agrotóxicos", se trata del primer trabajo de su tipo en comparación la directa incidencia del uso de productos químicos en el campo con la salud humana. La investigación revela que existen dos veces más riesgos de tener un hijo con malformaciones congénitas, si la madre vive a menos de un kilómetro de los campos fumigados.

Si hubo contacto directo o accidental con plaguicidas durante el embarazo, el riesgo aumenta tres veces. Si los pesticidas estaban almacenados en el hogar, el riesgo aumenta 15 veces, y si hay antecedentes de malformación congénita en la familia, el riesgo aumenta seis veces.

Benítez explicó que la investigación se basó en una encuesta realizada a las madres cuyos hijos nacieron con defectos físicos en el hospital de Encarnación. La misma encuesta se efectuó a las madres cuyos hijos nacieron sin malformaciones.

"La encuesta consistió en preguntas referentes a posibles condicionantes de malformaciones, en las que incluimos el contacto directo o indirecto",

señaló.

"Los agrotóxicos entran por la piel, los ojos y la mucosa, contaminan el cuerpo y eso se puede transmitir vía vaginal y fetal", indicó la profesional.

La soja se ha convertido en las últimas décadas en el principal rubro de exportación de Paraguay, que actualmente ocupa el cuarto lugar mundial entre los países productores, tras Estados Unidos, Brasil y Argentina. Según el Ministerio de Agricultura, hay más de 2,4 millones de hectáreas de cultivos de la oleaginosa, 38 por ciento del total de la producción agrícola del país.

"La exportación de soja genera beneficios y ganancias al Paraguay valoradas en millones de dólares, pero no se tiene en cuenta los daños que producen los agrotóxicos, especialmente en las mujeres embarazadas que finalmente dan a luz criaturas con malformaciones congénitas", señala Benítez.

La presentación de este trabajo será esta noche, a las 19, en el Centro Cultural El Cahildo y es organizada por la organización no gubernamental Base Investigaciones Sociales. También se presentará otro trabajo, "Contaminación por deriva con glifosato y 2,4 D en Loma Serrés", de Luis Castellán, director del programa Social Agropecuario de Formosa, Argentina.

INVESTIGACIÓN

El Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social (MSPyBS) debe realizar un estudio más amplio sobre esta situación, requirió Benítez, ya que su investigación es la primera que se efectúa a nivel país.

"Lo terrible de todo esto es que el papá que trabaja en el campo puede transmitir las consecuencias a sus descendientes, entonces creo que el desafío que tenemos todos como sociedad es que nos informemos", agregó.

"El Ministerio debe investigar, es una vergüenza, comenzando por la Facultad de Medicina hasta el Estado paraguayo, que no haya investigaciones cuando en todo el mundo se está discutiendo el tema", agregó.

INFORMACIÓN

Benítez dijo que la solución es informar y educar a las personas, especialmente a quienes trabajan en el campo.

"El Gobierno debe proveer ayuda técnica sobre las posibilidades y riesgos de intoxicación y las malformaciones congénitas", indicó.

Para Benítez, además de la problemática de la utilización de agrotóxicos, la cuestión también pasa por la educación. "Hay muchos campesinos que saben que no tienen que exponerse a los agrotóxicos pero no usan los elementos de protección necesarios, pero hay otros, que no saben que tiene que bañarse luego de trabajar", dijo.

"Estas personas llevan la contaminación a hasta sus hogares y contagian a sus familiares y el problema se ve reflejado en las malformaciones congénitas", agregó.



Dra. Stela Benítez

Advierten sobre productos cotidianos

El uso irracional de los pesticidas en la casa también puede acarrear efectos nocivos.

Los pesticidas utilizados en la producción agrícola no son los únicos que producen malformaciones congénitas, también lo hacen los insecticidas y químicos para fumigación de uso cotidiano, según explicó la pediatra Stela Benítez.

"Los pesticidas fueron creados para la Segunda Guerra Mundial y el objetivo fue destruir los arrozales, después se dieron cuenta de que también servía para el cultivo de soja, a la que no contaminan", agregó.

La pediatra explicó que los compuestos químicos sirven para eliminar la hiervas ma-

lignas que crecen sobre y alrededor de la soja, pero también se extendieron para el uso de los hogares y actualmente es lo que conocemos como insecticidas, que se aplican para eliminar todo tipo de bichos.

"Ya en la década de los 60 comenzó el uso de pesticidas en las casas, y eso también generó las malformaciones congénitas", contó Benítez.

"El número de malformaciones preocupó a los epidemiólogos de los Estados Unidos y relacionaron la posibilidad de generar cáncer, que también es una problemática en nuestro país", agregó.

BREVES

PARQUE CAZAPÁ

Seam recibe título de propiedad

La Secretaría del Ambiente (Seam) recibió el título de propiedad definitivo del Parque Nacional Caazapá, de manos de Lucy Arno, de la Organización Mundial de Conservación (WWF), entidad que gestionó el apoyo financiero de la Agencia Internacional de Desarrollo de la Embajada de EEUU en Paraguay (AID) para efecto. "Hacemos la entrega definitiva del título del Parque Nacional Caazapá, que pasa del Ministerio de Agricultura a la Secretaría del Ambiente, que tiene una extensión de aproximadamente 12.000 hectáreas y quiero decir que queda pendiente para adelante la entrega del título del Parque Nacional Ybycutí, proceso en el que estamos trabajando", dijo Aquino.

ASUNCIÓN

Limpeza de plazas céntricas

Unos 120 obreros de la Municipalidad de Asunción trabajaron de fines de la semana pasada el hermoseamiento de plazas microcentro, con miras a los festejos fundacionales de la ciudad y el traspaso de mandato presidencial el 15 de agosto próximo.

Ayer, un grupo de 20 obreros del Departamento de Áreas Verdes realizó la preparación de ríos jardinería, a modo de isla en las plazas del Congreso, que son imponentes plantas de diversas clases y colores. También renovó la pintura total de estatuas monumentales (torres, columnas, alambres, y estructuras), así como la limpieza de

FERNANDO DE LA MORA

Taller sobre med y municipios

El sábado día 8 a 19 en...

A pesquisa realizada pela pediatra informa, também, que o risco de que ocorram nascimentos de crianças com malformações é 15 vezes maior se os agrotóxicos são armazenados nas residências.

O caso mais conhecido foi a morte do menino Silvino Talavera, ocorrida em 8 de janeiro de 2003, após ter sido atingido pela pulverização com Roundup. O caso foi levado a julgamento e houve condenação, mas ela nunca foi aplicada.

Posteriormente, em 2004, Carlos Robles e Mario Arzamendia foram mortos pela polícia em Ypekúa, Caaguazú, em um protesto por uso de agrotóxicos. No mesmo ano, pela primeira vez uma comunidade se levantou contra o abuso dos venenos nos cultivos de soja transgênica - foi Raúl Arsenio Oviedo, Caaguazú. Em 11 de novembro de 2004 um caminhão capotou em Capiatá, o qual transportava agrotóxicos, afetando 30 pessoas, em sua maioria crianças e mulheres. (Projeto Cultura e Ambiente, 2009)

Os assentamentos não estão resguardados por 100 metros de floresta protetora e 2 metros de altura, como especifica a norma. As barreiras de

proteção são os eucaliptos, alguma gramínea, etc. Para salvaguardar uma comunidade, deveriam ser mil metros. Os 100 metros não mitigam nada. Nem a temperatura, nem a umidade, nem o solo são respeitados. Evidentemente, não há mais agricultura familiar.

A erosão de nutrientes e da biodiversidade é impressionante (parece uma paisagem lunar ou marciana). As pessoas em suas casas ficam intoxicadas pelas pulverizações, e os camponeses têm que, literalmente, sair correndo de suas casas. O mesmo acontece com as escolas. O glifosato cai na água, no solo da chácara e sobre as pessoas. Nem os campos experimentais respeitam a norma de 100 metros x 2 metros.

Angélica Delgado, coordenadora da Rede de Entidades Ambientalistas do Paraguai, manifestou sua firme oposição à introdução do Roundup Ready em seu país.

O Roundup põe em risco a saúde humana e representa um perigo para a vida silvestre. Foi comprovado que impede a fixação de nitrogênio nas plantas, prejudicando também alguns fungos que ajudam as plantas a absorver água e nutrientes².

A seguir reproduzimos uma entrevista com Alicia Amarilla, Secretária de Relações Internacionais da Coordenação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas do Paraguai (Conamuri), organização que há anos denuncia os efeitos devastadores dos agrotóxicos e transgênicos, além das empresas transnacionais que os promovem, como a Monsanto. A entrevista foi feita em Córdoba, Argentina, em agosto de 2012. (Juicio a la Fumigación, 2012)

Como a Conamuri começou a se envolver na questão dos agrotóxicos.

Nós, na Conamuri, trabalhamos o tema das campanhas, contra as empresas multinacionais e os agrotóxicos, desde o caso de Silvino Talavera. Este foi um caso emblemático aqui no Paraguai.

A morte do menino, falecido por causa de agrotóxicos, que denunciemos também, da mesma forma como vocês estão fazendo aí, em nível penal internacional e levamos a julgamento oral em duas ocasiões. Conseguiu-se ganhar o julgamento oral, mas, devido a uma questão política, não ganhamos que o sojeiro, o empresário, vá para a prisão, por exemplo. Mas foi relevante que tenha ido a julgamento e tenha havido condenação. Isso foi em 2004, e desde então estamos com uma campanha nacional de resgate da semente nativa e crioula.

Naquele momento, na Conamuri, começamos a fazer nossas análises e víamos chegando uma ameaça muito grande contra toda a própria vida, contra o futuro de nossos filhos: o patenteamento de nossa semente nativa, a transgenização de nossa semente, o monopólio de nossas terras.

A única forma de resistir em nossos territórios, nas aldeias indígenas, em nossas comunidades camponesas,

é resgatar nossas sementes e consumir nosso próprio alimento, porque esta ofensiva da empresa multinacional vem com tudo.

Qual é a população afetada por esta problemática.

Aqui no Paraguai, na região oriental, a maioria dos departamentos estão afetados. Os mais expostos são os departamentos do Alto Paraná, Ciudad del Este, toda a zona de Caaguazú, que é onde estão os menonitas e os brasiguaios, a zona de Itapúa, praticamente dos grandes sojeiros, e a zona de Canindeyú, onde foi o massacre, 75% das terras estão nas mãos dos grandes latifundistas sojeiros. Estas são as zonas onde as populações estão mais afetadas, as pessoas estão mais desprotegidas. Atualmente estão entrando até a região ocidental, até a região do Chaco, estão derrubando um monte de matas, dos povos indígenas, porque a Monsanto firmou um acordo com o Ministério da Agricultura e com este governo para trazer sementes transgênicas resistentes à seca.

Qual é a postura da Conamuri ante as transnacionais

As empresas multinacionais estão vindo numa ofensiva, estão atropelando em todos os países, estão nos afetando, e o campo está ficando sem camponeses. Agora, no campo, estão ficando os grandes sojeiros, as maquinarias, enquanto os camponeses indígenas estamos ficando em volta das grandes cidades. Na cidade de Assunção há 17 comunidades indígenas, com 3 mil e 800 habitantes (dados do último censo, há três anos), e mais estão vindo.

Eu acredito que estão avançando, e deveríamos nos unir, todo o povo, não deveria haver territórios nesta luta, porque, por exemplo, a empresa Monsanto, através da UPOV, a convenção internacional de leis de sementes, a união para a proteção de obtentores vegetais, estão patenteando nossas sementes em todos os países, no Paraguai, na Argentina. Entram, através de um convênio internacional, em todos os países, para patentear nossas sementes nativas, acumular mais lucros e monopolizar a alimentação.

As pulverizações de soja — com o coquetel de agrotóxicos que inclui glifosato — são realizadas em zonas onde normalmente deveriam ser proibidas, por exemplo, em zonas próximas a escolas (como se vê, na próxima página, na fotografia da escola rural que está rodeada de soja no Departamento de Alto Paraná). Calcula-se que há umas 500 escolas nas mesmas condições no país. As estradas vicinais e as casas não têm uma faixa de proteção onde há campos experimentais de soja transgênica.



Soja rodeando uma escola rural. Foto: arquivo Sobrevivência

Perda de florestas

Com a expansão dos cultivos de soja, gerou-se um processo de desmatamento da floresta nativa, especialmente em terras do Estado. Entre 1991 e 2009, foram perdidos 15,3% da floresta nativa no Paraguai. (Catacora et al, 2012)

Os índices de desmatamento são mais altos onde há cultivos de soja mais extensos. Assim, em San Pedro, a taxa de desmatamento entre os anos de 1999-2003 foi de 14%, em Caaguazú, de 19,7%, e em Canindeyú, de 15%. Por outro lado, em Concepción, onde a incidência da soja é baixa, a taxa de desmatamento nesses anos foi de 5,5%.

Junto com o desmatamento foi registrado o desaparecimento de algumas espécies da flora nativa, como consequência das pulverizações com glifosato, como revela Centurión. (2010: 136)

As espécies típicas de arroio ou de águas não profundas desapareceram ou são pouco abundantes; é de se esperar que este processo de empobrecimento do número de espécies e mudança na abundância relativa continue, favorecido pelas novas condições ambientais.

Vejamos o seguinte relato:

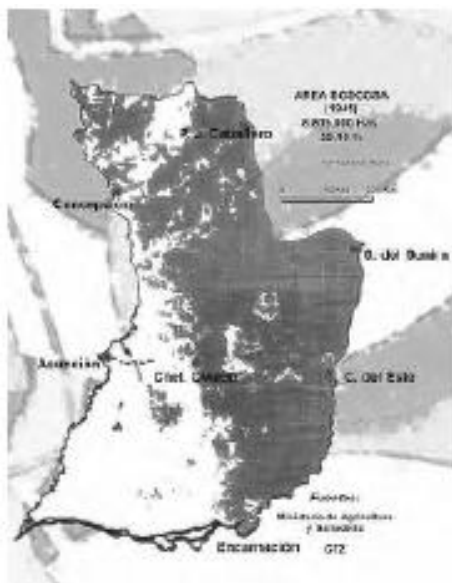
Já não existe a floresta nativa. Provoca tristeza ver a evolução do desmatamento em apenas 60 anos, onde para 2013 restam uns foquinhos de verde, onde há alguns indígenas ou áreas protegidas.

No quadro a seguir são apresentados os índices de desmatamento no Paraguai no período de 1991 a 2009.

Ano	Área de florestas (Ha)	Período	Área reduzida (Ha)	Média anual (Ha)	% de diminuição no período
1991	20,98 milhões	1991-95	720 mil	0,14	3,41
1995	20,26 milhões	1995-00	890 mil	0,15	4,41
2000	19,37 milhões	2000-05	890 mil	0,15	4,61
2005	18,48 milhões	2005-09	710 mil	0,14	3,87
2009	17,76 milhões	1991-2009	3,22 milhões	0,17	15,34

Catacora *et al* (2012) com dados de FAOSTAT (2001^a)

Nos mapas a seguir se compara a área coberta com florestas nos anos de 1945 e 2002.



A soja transgênica e a soberania alimentar

Tomás Palau (2012) diz que o que se vive no Paraguai com a soja é a penetração de capital financeiro estrangeiro em extensos espaços rurais habitados por comunidades camponesas, o que acarreta o domínio do agronegócio sojeiro, impondo um modelo de mercantilização e primarização do agro para fins de exportação. Isto mina a soberania alimentar porque:

Com a expansão do monocultivo da soja a diversidade produtiva desaparece, o país perde a capacidade de “definir suas próprias políticas sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos”, situação que o torna particularmente vulnerável (Palau, 2012: 22).

Ele acrescenta que, em poucos anos, o Paraguai vai passar a ser um importador líquido de alimentos e exportador de matérias-primas, de tal maneira que só aqueles que puderem pagar poderão ter uma alimentação digna. É que a expansão dos cultivos de soja se fez, também, à custa de outros cultivos, dos quais depende a soberania alimentar da população. E fez de três formas:

a) Pela expulsão dos camponeses, que são os que produzem os alimentos para a população. A respeito disso, (Domínguez e Sabatino, 2010: 48) dizem:

À medida que a fronteira agrícola avança de leste a oeste, em um processo que afeta 14 dos 17 departamentos do país, crescem as remoções de comunidades camponesas e indígenas de suas terras, da mesma forma que os mortos e feridos naqueles lugares nos quais se opõe resistência.

Um grande contingente de camponeses abandonaram as terras que ocupavam por causa da expansão da soja. (Projeto Cultura e Ambiente, 2009)

[...] a expansão da soja não possibilitou o desenvolvimento daquilo que chamam de uma base ampla. Este crescimento, que implica geração de renda para poucos, não se projetou no crescimento da população como um todo. O ponto de partida da reflexão sobre o impacto na população rural é que aproximadamente 1,5 milhão de pessoas produzem em 250 mil pequenas unidades produtivas camponesas, o que significa que possuem menos de um milhão de hectares, que, por sua vez, representam menos de 6% da superfície total das explorações agrícolas...

No quadro a seguir, elaborado pelos autores, pode-se ver como a população rural foi diminuindo à medida que os cultivos de soja se expandem:

	Habitantes área rural				Produção de soja (t)
	1992	2002 (previsto)	2002 (real)	Diferença %	
Setor leste					
Salto de Guairá	11.246	14.732	4.745	-67,8	59.445
Paloma	2.492	3.265	1.352	-58,6	33.703
Gral. F. Caballero Álvarez	21.644	28.354	6.019	-78,8	27.229
Nueva Esperanza	-	-	6.985	-	s/d
Katueté	-	-	4.042	-	63.568
Corpus Christi	15.492	20.295	11.732	-42,2	36.378
Total	50.874	66.645	34.875	-47,7	220.322
Setor Oeste					
Villa Igatimi	7.079	9.273	15.023	62	527
Curuguaty	26.638	34.986	48.090	37,8	21.482
Ypejhú	2.420	3.170	3.977	25,4	1.362
Itanará	1.812	2.374	1.807	-23,9	543
Total	37.949	49.713	68.897	38,6	23.914

Fonte: Morinigo (2005), citado em Domínguez e (2010)

b) Por uma ocupação física das zonas que antes eram dedicadas à produção de alimentos. A área plantada com os principais cultivos do Paraguai

nos anos 2003-2004 foi de 3.557.337 hectares, dos quais quase 53% eram de soja.

No quadro a seguir se resume como foram evoluindo três cultivos alimentícios: milho, mandioca e feijão, e sua relação com o aumento do cultivo de soja.

	2001	2005	2010	% aumento 2001-2010
Soja	1.350.000	2.000.000	2.680.000	98,5
Milho	410.000	400.000	790.000	95,4
Mandioca	240.000	290.000	180.000	-26,9
Feijão	60.000	80.000	60.000	-9,18

Fonte: Catacora *et al* (2012) FAOSTAT (2011)

Aqui se vê que cultivos como a mandioca e o feijão, ambos muito importantes para a soberania alimentar da população, diminuíram consideravelmente. A este respeito, devemos lembrar que toda a soja é para exportação ou para o processamento pela indústria. O mesmo acontece com o milho, que é outro cultivo que cresceu, pois está destinado principalmente à exportação e à indústria³. Em 2012, se introduz milho transgênico no Paraguai.

c) O uso intensivo de glifosato contamina a água e o solo e mata os cultivos alimentícios.

O uso de agrotóxicos na produção de soja é gerador de conflitos no campo. Os camponeses se opõem ao cultivo de soja argumentando que em cerca de vinte anos o solo perderá sua riqueza e, além disso, os proprietários contaminam, com seus agrotóxicos, o meio ambiente, principalmente arroios e rios.

As pulverizações com glifosato acabam com outros cultivos, incluindo aqueles destinados à soberania alimentar das famílias camponesas e indígenas, e, ao mesmo tempo, provocam o deslocamento das populações.

Impacto sobre as comunidades indígenas

*Para os mbyá-guarani como para o camponês,
sem floresta não há cultura, e sem terra
é impossível reproduzir o modo de ser.*

No Paraguai, a Lei 904/81 estabelece o estatuto das comunidades indígenas. Apesar disso, a expansão das plantações de soja transgênica afeta também os povos indígenas.

Sobre os impactos dos cultivos de soja sobre as populações indígenas, (Centurión, 2010: 133) refere:

Com a expansão da produção de soja transgênica e da utilização de herbicidas, entre outras, produz-se o aumento, ano após ano, da superfície cultivada, inclusive sobre terrenos pedregosos antes não habilitados para o cultivo, sem que isso signifique aumento na taxa de produção por hectare, mas sim maior concentração da

terra nas mãos de poucos e redução de postos de trabalho permanentes e temporários na agricultura devido à mecanização. Assim, os indígenas são limitados à capina nas laterais da estrada ou em lugares onde as máquinas não conseguem chegar para aplicar o glifosato; e o campesinato, ao emprego mútuo, que consiste na pulverização com Roundup de pequenas parcelas, com pulverizadores, o que se converte numa nova forma de trabalho. Existe uma estreita relação entre a expansão das áreas de cultivo transgênico e o empobrecimento crescente dos camponeses paraguaios e indígenas.

O autor destaca que os principais impactos sobre os povos indígenas estão associados com o desmatamento e com o uso de agroquímicos associados a cultivos de soja RR:

- * Impactos sobre a saúde.
- * Perda de animais domésticos.
- * Destruição de cultivos e florestas, perda de fertilidade do solo.
- * Confrontos entre comunidades indígenas e camponesas e os grandes produtores, gerados pela presença das plantações.
- * Desaparecimento de algumas espécies de flora de importância cultural
- * Junto com a perda da mata, há erosão dos conhecimentos sobre o uso e manejo dos recursos florestais.
- * Diminuição do consumo do *tererê* nas casas, pois é cada vez mais difícil produzi-lo.
- * Mudanças no uso, manejo e apropriação dos recursos naturais que se encontram dentro de seus territórios.
- * A contaminação dos rios e arroios produziu o desaparecimento de práticas tradicionais de pesca com arco e flecha, de fabricação de armadilhas *pari*, e a utilização de venenos para pescar.
- * Embora geralmente não se tenha perdido o costume de cultivar pequenas chácaras, se evidencia, sim, uma deterioração-decomposição das instituições “redistributivas” e dos mecanismos de transmissão de saberes.
- * Surgimento de padrões de diferenciação econômica, o que significa que alguns membros da comunidade comecem a ter casas de tábuas serradas, a luz elétrica, os cultivos mecanizados, o que rompe a coesão coletiva.
- * Implementação de mecanismos de tomada de decisões à margem das formas instituídas e pré-existentes no *tekoha* (cacicado).

Centurión conclui que:

A destruição da mata envolve também a perda da identidade social das comunidades, levando em conta que a mata é o que dá sentido ao modo de ser das mesmas, condição necessária para a existência da comunidade. Os efeitos da perda progressiva de seus territórios implicam a diminuição das possibilidades de caça, pesca e extrativismo, como também uma maior exposição à contaminação. (Centurión, 2010: 138)

Várias das comunidades expulsas por este modelo tornam-se indigentes quando migram para Assunção, principalmente crianças e mulheres, porque os homens ficam para proteger o que resta da terra comunitária. Outros migram para Buenos Aires ou para a Espanha (antes da crise), por isso aumentam os lares que dependem das remessas que chegam do exterior. Paradoxalmente, há outras zonas onde ingressa uma grande quantidade de migrantes brasileiros com tecnologia e capital para investir na soja.

As comunidades nativas foram ainda objeto de remoções forçadas, como se pode ver no relato a seguir:

...foram expulsos integrantes da comunidade mbyá guarani em Pirapó, Itapúa. O imóvel reclamado aparece em nome da senhora Felipa Nery de Kikuchi, que denunciou os indígenas por invasão. Segundo os indígenas, a comitiva fiscal-policial chegou de surpresa; depois, sem medir as palavras, o agente fiscal ordenou a destruição das precárias casas instaladas no imóvel. A remoção não foi concluída devido ao desespero e ao pranto de mulheres e crianças, que também tinham sido maltratadas. Os policiais queimaram totalmente duas casas, uma delas era a igreja dos nativos. Outras casas foram cortadas com motosserras. (23 de julho de 2009. Manduvi'y, Pirapo, Itapúa) (Citado em Palau, 2009: 66)

Quando não migram, veem-se obrigados a trabalhar para os empresários sojeiros sob...

...um sistema econômico minifundista que produz soja para estes empresários, sob regras que têm como primeiro passo o endividamento, colocando em risco o mais valioso e aquilo que, como no caso de Taguató, por direito ainda não lhes pertence: a terra. Assim, mesmo que se possa falar de várias formas de subordinação econômica e sociocultural, definitivamente, esta última é a mais agressiva. (Centurión, 2010: 134)

Para os indígenas é mais difícil se inserir neste modelo, por isso se relacionam com os empresários de maneira informal (de palavra) com os líderes:

...seja para o cultivo por arrendamento, como para outros acordos a curto ou médio prazo, que consistem na limpeza do terreno, fornecimento de alimentos, ou um sistema de emprego temporário do trabalho assalariado, que, no final das contas, é "trabalhar na chácara alheia como se fosse própria", pensando que o cultivo lhes pertence, para receber somente uma parte dos ganhos, por ser o patrão quem comercializa os grãos. (Centurión, 2010: 136)

Quem se beneficia do modelo sojeiro

Cargill: É uma das principais empresas encarregadas de armazenar, transformar e exportar a soja paraguaia. Seu principal mercado é o argentino, onde é feito o processamento.

Mais de 50% da soja é exportada para outros países do Cone Sul, sendo seu principal mercado o argentino (que representa 23,4%), seguido pelo brasileiro (17,8%) e pelo uruguaio (17,5%), de onde é re-exportada para o resto do mundo.

A influência da Cargill no Paraguai é tão forte, que poderíamos dizer que esta empresa ocupa um território geográfico no Sudeste do país.

Esta empresa entrou no Paraguai em 1978 para a comercialização de algodão e soja. Na época, a Cargill no Paraguai se dedicava ao negócio de armazenamento da produção, e sua posterior transformação e exportação para a Argentina, onde é importada como Cargill-Argentina.

A Cargill controlava no Paraguai 30% das exportações de grãos de soja do país.

O primeiro porto da empresa foi construído em 1991. Está localizado no quilômetro um do Rio Paraná, o que permitiu intensificar sua participação no mercado de grãos no país. Sua capacidade de moagem aumentou continuamente desde a compra da empresa de moinhos Marangatu, a instalação industrial no distrito de Minga Guazú, em 1996, chegando a processar 3 mil toneladas de soja por dia, e depois girassol, em convênio com outras indústrias do país.

Por outro lado, dedicou-se à comercialização de seus fertilizantes⁴ e ao plantio de monocultivos de eucalipto, a fim de usar a madeira como combustível para o funcionamento da fábrica.

Em 2008, iniciou a construção de um segundo porto (Puerto Unión), que entrou em funcionamento em 2011. Puerto Unión está localizado na periferia de Assunção, e integra uma fábrica de óleo e um terminal de grãos, que se insere no contexto da ampliação da produção de soja transgênica no Paraguai. (Rulli, 2007)

O porto é complementado pela companhia de navegação da Cargill no Paraguai, composta por uma frota de oitenta e oito barcaças graneleiras e tanques (para óleo) e três rebocadores que navegam nos rios Aguará, Puma e Aguilucho, no cone sul.

Diante da construção de um megaporto graneleiro pela empresa multinacional Cargill no rio Paraguai — zona de Viñas Cué, nos arredores de Assunção —, a comissão parlamentar de Saúde Pública advertiu sobre os possíveis danos à saúde da população. O porto da Cargill funcionará a 500 metros rio acima das principais tomadas ou pontos de captação de água da Empresa de Serviços Sanitários do Paraguai (ESSAP). (Projeto Cultura e Ambiente, 2009: 4)

A Cargill também fornece serviços agrícolas como financiamento a produtores e seguros agrícolas.

No ano de 2010, a Cargill já contava com 40 unidades de recepção, processamento, armazenagem, elevação e comercialização de grãos, dois portos, e uma instalação industrial.

A Cargill é uma das sócias fundadoras da Cappro (Câmara Paraguaia de Processadores de Oleaginosas), que reúne as maiores empresas industrializadoras e exportadoras de oleaginosas e grãos.

Além da Cargill, outros grupos de poder que se beneficiam da soja transgênica no Paraguai são as transnacionais Bunge, ADM, Syngenta; e o Grupo Favero, que é o chefe local da soja.

Outra empresa que tem um papel importante no armazenamento, transformação e transporte da soja no Paraguai é a ADM.

Em maio deste ano, a **ADM**, transnacional de origem norte-americana, anunciou que inaugurava um complexo de moagem de soja em Villeta, Paraguai, o que aumentará sua capacidade de moagem de sementes oleaginosas na América do Sul em mais de 20%. A indústria tem uma capacidade de moagem diária de 3.500 toneladas, ou seja, de 1.277.500 toneladas por ano. A localização do complexo é próxima a uma instalação portuária no rio Paraguai, o que facilitará a compra do grão e sua exportação⁵.

O “Complexo Agro Industrial Angostura SA” (Caíasa) é um empreendimento entre a **Bunge** e a **Louis Dreyfus**, duas transnacionais (norte-americana e francesa, respectivamente) que fazem parte do oligopólio de empresas que controlam o mercado mundial de grãos. A Bunge e a Dreyfus trabalham no Paraguai numa aliança estratégica. Para isso, estão desenvolvendo uma indústria processadora de soja, a 45 quilômetros de Assunção, às margens do Rio Paraguai, o que duplicará sua capacidade de moagem no país. A capacidade nominal de processamento da indústria é de 4 mil toneladas de grãos de soja por dia, o que representará mais de 4 milhões de toneladas de processamento de grãos ao ano⁶.

A iniciativa destas empresas é gerada em sintonia com a crescente produção de soja no país, confirmando que todo investimento está sujeito à disponibilidade de matéria-prima. E não exatamente à aplicação de certas ferramentas como os impostos às exportações, que somente gerariam retração dos investimentos no setor produtivo primário, o que pode, no final, inclusive pôr em risco a disponibilidade de grãos.

Monsanto: Quase 100% da soja transgênica que é plantada no Paraguai está patentada pela empresa transnacional Monsanto. Agora que a Monsanto conseguiu a aprovação de sua nova soja transgênica Intacta RR2 Pro, a empresa buscará um acordo sobre os direitos de uso com armazenadores, exportadores e produtores, para cobrar royalties e impor outras obrigações aos agricultores que adotarem esta nova tecnologia, como comprar e vender só para firmas autorizadas pela empresa, e permitir a realização de inspeções para ver se os termos do contrato estão sendo cumpridos.

A Monsanto é a maior empresa de sementes do mundo e controla cerca de 90% do mercado mundial de sementes transgênicas.

No Paraguai foram aprovadas as seguintes sementes transgênicas da Monsanto:

- * soja RR
- * soja INTACTA RR2 PRO
- * algodão BGII x RR Flex, que está em processo de aprovação regulatória
- * milho VT3 PRO (resistente à seca)



San Pedro, Paraguai. Foto: Henry Picado

No Paraguai, se apresenta como “Uma empresa de *agricultura sustentável*”⁷.

Sobre a Monsanto, Ángel Jiménez, secretário geral adjunto da Organização Nacional Camponesa, entidade que reúne 30 mil famílias de agricultores em diferentes departamentos do país, disse que⁸:

“A presença da transnacional na nação guarani torna-se um verdadeiro macroproblema para quem trabalha com agricultura familiar” e censurou a má qualidade dos produtos vendidos para eles sob a falsidade de suposta qualidade produtiva.

“Os elementos que nos entregaram para este último cultivo do algodão, um dos principais ramos em que trabalham as famílias, foram uma desgraça, um verdadeiro engodo para o povo paraguaio”, ressaltou. “Como consequência da má qualidade que esses insumos tinham, a produção algodoeira dos pequenos produtores foi baixa, e isso se uniu à realidade de um preço miserável para o algodão”, relatou.

O dirigente camponês criticou o modelo de desenvolvimento agrícola imposto no país, que favorece unicamente os grandes agroexportadores, que monopolizam a produção de soja, milho, trigo e todos os grãos que possam ser exportados.

A forma extensiva de produção, que põe na mão de grandes exportadores a maior parte dos frutos desse sistema, alimenta o deslocamento, do campo para a

cidade, dos trabalhadores rurais, que tentam prosperar como pequenos produtores, disse.

A Monsanto coopera com isso ao estimular o cultivo transgênico e favorecendo a formação dos cinturões de miséria ao redor das cidades pelo deslocamento dos camponeses, de acordo com a declaração de Jiménez. “A Monsanto se apoderou da soberania genética do país, e sabe-se que quem tem isso domina também a soberania alimentar, e isso é o que está acontecendo no Paraguai”, disse finalmente.

O poder da Monsanto é tão grande no Paraguai, que Franco, o presidente que ocupou o poder depois de Lugo, defendeu a empresa publicamente durante uma missa celebrada pelo bispo de Assunção. Vamos ler a seguinte nota de imprensa:

O Monsenhor Melanio Medina realizava sua homilia correspondente durante a celebração de uma missa e, como ocorre habitualmente com os sacerdotes, de vez em quando fazem questionamentos sobre a situação social e política do país.

Medina aproveitou a presença do presidente Federico Franco entre o restante dos paroquianos para questionar o uso de sementes transgênicas, pedindo que se analise bem a utilização deste tipo de biotecnologia nos cultivos de algodão.

Surpreendendo todos os presentes, Federico Franco pediu a palavra ao Monsenhor para explicar, segundo ele, as vantagens da utilização deste tipo de tecnologia.

Medina continuou como se nada tivesse acontecido, até que o mandatário se levantou de seu lugar e pegou o microfone.

Como a essas alturas ninguém pôde detê-lo, Franco começou a dirigir-se ao resto dos presentes na celebração religiosa.

Explicou as vantagens que os pequenos produtores terão com a utilização de sementes transgênicas de algodão, e que só Deus e o tempo lhe darão a razão.

Depois de alguns minutos devolveu o microfone e voltou para o seu lugar.

O Monsenhor Melanio Medina retomou dizendo, “vamos deixar este assunto por aqui, mas é preciso rever a utilização de sementes transgênicas”⁹

Entre as elites locais, encontra-se o **Grupo Favero**, composto por um conjunto de sete empresas, localizadas estrategicamente nas regiões mais produtivas do país, com presença na maioria dos departamentos paraguaios. A empresa se dedica a:

- * produção, armazenamento, comercialização e exportação de grãos
- * produção e comercialização de sementes
- * aluguel, compra e venda de máquinas e terras agrícolas

- * operação logística, frete de grãos e embarque em porto próprio
- * importação de matéria-prima, produção e comercialização de agrotóxicos
- * criação de gado

Outras empresas com presença significativa no Paraguai são Vicentin (Argentina), Grupo Espíritu Santo, Agrotec, Agrofertil e Ciabay.

O agronegócio e o golpe parlamentar a Lugo

Tudo começou com a resistência de Marina Cué-Curuguay, quando foram apontados a contradição, o latifúndio, a dominação estrangeira e seus agentes locais como causas e atores que não permitem que o Paraguai se desenvolva.

A marcha da *Coordinadora por la Recuperación de Tierras Mal habidas [Coordenadora para a Recuperação de Terras Usurpadas]*, em 25 de outubro de 2011, que concentrou mais de 10 mil pessoas em Assunção, e a ocupação das terras usurpadas de Ñacunday e de Marina Cué — entre muitas outras ocupações e resistências — foram demonstrando a ascensão da luta do movimento popular, o que assustou a oligarquia e a estimulou — junto com outros elementos — a concretizar seu tantas vezes anunciado golpe de Estado. (Vuyk, 2013)

Poucos meses mais tarde, na sexta-feira de 15 de junho de 2012, no distrito de Curuguay — uma zona rural das mais afetadas pelo agronegócio — foi realizada uma desocupação violenta em terras de propriedade estatal, reclamadas como próprias por um dos proprietários de terras mais importantes do Paraguai, Blas Riquelme. O resultado foi a morte de onze camponeses e seis policiais. Isso gerou uma grande campanha midiática, onde os camponeses foram tachados de invasores. É importante ressaltar que esse fato se deu depois da nomeação, por parte de Lugo, de um novo comandante das forças policiais, implicado como responsável na operação em Curuguay, que aparece de forma recorrente em todas as colunas de jornal como complemento sobre a responsabilidade do presidente nos fatos.

O golpe parlamentar dado contra o presidente Lugo em 22 de junho de 2012 foi trespassado por interesses do agronegócio internacional, que lucra há muitos anos no Paraguai, especialmente pelas empresas Monsanto e Cargill, como mostra uma nota do *Rebelión* ao analisar o papel que a imprensa privada teve na queda de Lugo:

Não é por acaso, então, este forte ataque da mídia contra o governo, já que, apenas duas semanas antes, um organismo estatal — o Serviço Nacional de Sanidade e Qualidade Vegetal — tinha proibido a introdução de uma semente da Monsanto no país. A liberação dessas sementes traria um enorme benefício econômico para esses 2% de proprietários que concentram a terra.

A nota acrescenta que

O jornal ABC, fundado durante a ditadura de Stroessner por Aldo Zuccolillo — que também é, atualmente, presidente da Sociedade Interamericana de Imprensa —,

é parte do Grupo Zuccolillo, sócio da Cargill Paraguai, uma das principais transnacionais do agronegócio no mundo.

Exatamente no momento em que estourou a crise pelos trágicos acontecimentos de Curuguaty, estava pronto um plano para a liberação de novos cultivos transgênicos no Paraguai, objetivo que foi alcançado com o novo governo. Foi assim que, a poucos dias do golpe, em 6 de junho deste ano, foi aprovada a liberação comercial dos eventos transgênicos em algodão MON 531 (Bt) x MON 1445 (RR) e MON 1445 (RR).

Em 24 de outubro deste ano, foram aprovados os eventos transgênicos milho transgênico VT Triple Pro e MON810, que pertencem à Monsanto; o BT11 da Syngenta e o TC1507 da Dow AgroSciences.

Vejamos o que diz a seguinte nota de imprensa, na qual foi realizada uma entrevista com Miguel Lovera, que tinha sido presidente do Serviço Nacional de Qualidade e Sanidade Vegetal e de Sementes do governo de Lugo.¹⁰

Após o golpe de Estado parlamentar — em junho de 2012 — foram assinados “decretos” que liberaram oito eventos transgênicos: cinco de milho, dois de algodão e, mais uma vez, a Intacta. Até esse momento só estava aprovada a soja RR, porque durante o governo de Fernando Lugo optou-se pela política de “evitar a legalização dos cultivos de milho e algodão transgênicos”...

Até a destituição de Lugo, funcionou no Paraguai uma comissão de biossegurança, a Combio, que analisava os pedidos de liberação de transgênicos e os negava porque “não apresentavam todos os dados exigidos. Pedíamos garantias de que o pólen dessas plantações não contaminasse as variedades convencionais, mas eles deixavam esse espaço em branco. E sabe-se muito bem que não há como preencher esses vazios”. A tensão entre o governo e o agronegócio se instalou, e as empresas “tomaram uma atitude coletiva de cortar relações”. Inclusive declararam publicamente “que não iam falar comigo, que para isso tinham seu *tembiguái* (uma expressão pejorativa que em guarani significa “a serviço de...”). Referiam-se nada mais nada menos que ao ministro da Agricultura.

A intenção do governo anterior era avançar até a erradicação das plantações de milho e algodão ilegais, um processo que já tinha começado: enquanto em 2008 havia 23% de plantações de milho transgênico, em 2011 havia 11%. Mas veio o golpe.

Quanto à soja, em 11 de fevereiro o MAG autorizou a liberação comercial das sementes desse cultivo que contêm os eventos piramidados MON87701 x MON89788, denominadas no mercado “soja BtRR2Y, ou soja Intacta”.

Dois dias antes do novo governo assumir o poder, em 13 de agosto de 2013, o Senave determinou a inscrição de duas variedades de algodão geneticamente modificado: as variedades Guazuncho 2000 e NuOPAL RR, que contêm os eventos MON531 (Bt) e MON1445 (RR).

Todas estas aprovações foram feitas violando as normas nacionais que incluem a elaboração de um estudo de impacto ambiental e a experimentação controlada por um período de dois anos.

Finalmente, em 29 de agosto desse ano, foi dado o visto de aprovação para o milho transgênico NK 60311, da Monsanto.

Sobre o golpe parlamentar, Alicia Amarilla, da Conamuri, disse:

Este governo, por exemplo, lançou a campanha “Paraguai Soberano”, mas, enquanto fala de soberania, vazia de conteúdo, está vendendo nosso país para a Monsanto, nossas sementes. Hoje se reúne com os sojeiros poderosos daqui do Paraguai, que estão pedindo para este governo golpista a revogação da lei de segurança de fronteiras.

Já firmaram um convênio com a fábrica de alumínio canadense Rio Tinto, que agora vai se instalar aqui no Paraguai, com subsídios de eletricidade, e não sei quantos por cento de lucro vai ter, sem deixar nada aqui além de intoxicação para toda a população. São empresas que estavam sendo bloqueadas, e agora, com este governo, têm via livre para entrar.

E, em seguida, depois acrescenta que

Nós acreditamos profundamente que por trás deste golpe parlamentar estão as grandes empresas multinacionais como, por exemplo, a Monsanto. Em três dias de mandato de Federico Franco, já foi aprovada e liberada a semente transgênica de algodão que, durante o governo de Lugo, apesar das fortes pressões, estava sendo bloqueada. Já anunciaram que vão ser liberadas quatro variedades de milho transgênico também aqui no Paraguai. Ou seja, estamos diante de um gravíssimo retrocesso para nós e para todo o campesinato, para o povo em geral.

Estávamos lutando contra os transgênicos, a partir de algumas intuições do próprio Estado que estavam bloqueando, como o Senave (Serviço Nacional de qualidade e sanidade vegetal e de sementes), que estava mais a serviço do povo, até agora, que o presidente do Senave é um grande empresário que trabalha na empresa de agrotóxicos, e está ele mesmo pedindo então a inscrição de sementes de milho transgênico e do algodão transgênico.

Acreditamos que este processo começou muito antes, quando aprovaram um projeto de lei fitossanitário, que é o projeto de agrotóxicos. Todas as organizações camponesas e indígenas trabalhamos durante dois anos sobre um projeto de lei de regularização de agrotóxicos.

Ao menos falávamos de regularização para não sermos tão radicais e para que os parlamentares o aceitassem. Mas o rejeitaram, e os grandes sojeiros apresentaram este projeto de lei fitossanitário, o qual foi aprovado.

Então começamos a trabalhar, nas organizações, na regulamentação deste projeto e nas leis de regularização de agrotóxicos em zonas onde as casas estão num raio de 100 metros, onde estão as escolas, colégios, e conseguiu-se por decreto uma regulamentação. Regulamentação que agora também foi apagada por este presidente do Senave. Agora o caminho está livre para a pulverização em todas as comunidades camponesas indígenas, ou seja, não temos nenhuma proteção neste momento.”



San Pedro, Paraguai. Foto: Henry Picado

Violação dos direitos humanos e criminalização

De acordo com Marielle Palau (2009), a luta pela terra no Paraguai se origina na má distribuição da mesma, o que obriga os camponeses a ocupá-las como uma forma de reivindicação dos direitos que lhes foram negados

historicamente; portanto, tornou-se a principal ferramenta que as organizações camponesas têm para implementar a Reforma Agrária. Já foi analisado acima o grave problema da concentração e má distribuição da terra no Paraguai.

Estas ocupações se dão em um contexto em que o Estado está muito pouco institucionalizado e no qual os proprietários de terras têm um enorme poder, o que fez com que, perante a luta pela terra, a reação do Estado seja a criminalização daqueles que participam dela.

A criminalização pela luta pela terra se dá em dois contextos: por meio das desocupações e através de mobilizações.

Quando há ocupações, o Estado inicia um processo de difamação de certos líderes, os quais apresenta como inimigos públicos, para então justificar a repressão. As desocupações são justificadas com o argumento de que se está defendendo a propriedade privada, apesar de, na grande maioria dos casos, segundo as organizações sociais, “as terras ocupadas pelas organizações camponesas serem excedente fiscal ou terras usurpadas”. (Palau, 2009).

A recuperação das terras mal outorgadas está travada devido a trâmites administrativos e judiciais (Palau, 2009). O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, no ano de 2007, apresentou suas preocupações sobre as desocupações ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra (Indert),

...os numerosos casos de desocupação forçada, da qual foram objeto famílias camponesas e indígenas, as quais vinham ocupando as terras, particularmente nas comunidades Tetaguá Guaraní, Primero de Marzo, María Antonia e Tekojoja, bem como os relatórios recebidos sobre a Polícia Nacional ter efetuado as desocupações mediante o uso excessivo da força, queimando e destruindo casas, cultivos, bens e animais. (Citado em Palau, 2009: 40)

Segundo Palau, as remoções violentas, em 50% dos casos, incluem a destruição das casas e, em 25%, destruição dos cultivos para consumo próprio; além disso há roubo dos bens das famílias. A seguir, é transcrito um relato de desocupação forçada ocorrida em 2005 na comunidade de Tekojoja, localizada a 70 quilômetros da cidade de Caaguazú.

Ocorreu em um assentamento rural de 500 hectares no qual vivem 56 famílias camponesas. Esta comunidade faz parte da Organização Agrária e Popular e do MCNOC (Coordenadoria da Plataforma Nacional de Organizações Camponesas) – Via Campesina Paraguai.

Caaguazú e San Pedro são as regiões paraguaias onde mais se expandiu o monocultivo de OGM nos últimos cinco anos. Existem 2 milhões de hectares de soja geneticamente modificada no Paraguai, e um plano governamental de expansão de mais dois milhões de hectares. Nesse país, menos de 2% da população é dona de 70% da terra, de cujo território foram expulsos os habitantes históricos. A soja transgênica destinada basicamente à exportação é a principal causa desta grave situação. A média dos conflitos relacionados com a

terra aumentou consideravelmente nos últimos anos, só em 2004 houve 162 conflitos pela terra e 118 ocupações de terras.

Tekojoja é um dos assentamentos rurais recuperados pela reforma agrária, embora muitas destas terras tenham voltado às mãos de proprietários particulares de terras através de manobras corruptas e ilegais ou enganando os camponeses. Este é o caso da comunidade de Tekojoja, que foi, desde seus primórdios, ameaçada pela expansão dos monocultivos de soja transgênica.

Adelin Osperman é um produtor de soja brasileiro que quer controlar estas terras e, com esse objetivo, entrou com um processo contra os camponeses, apesar do assentamento estar legalmente reconhecido, há três anos, pelo atual presidente Nicanor Duarte Frutos. Carlos González, membro da Coordenação da Organização Agrária e Popular, revela “o juiz que atua nesta causa não levou em conta que estas eram terras fiscais depois doadas para as organizações camponesas através do programa de Reforma agrária.” Em agosto de 2004 a comunidade foi atacada, com o resultado de várias pessoas detidas e outras feridas.

Na sexta-feira, 25 de junho, às 5h30min, os advogados Pedro Torrales e Nelly Varela irromperam junto com 150 policiais com intenções de remover toda a comunidade. Durante a desocupação e na presença dos advogados, a população foi barbaramente perseguida e espancada. A polícia, seguida por paramilitares, desalojou e deteve as pessoas; destruíram as casas com tratores de esteira e depois as incendiaram. Foram presas 130 pessoas, entre elas 40 crianças, e encarceradas em Caaguazú. Galeano, um porta-voz da comunidade, relatou que, depois do incidente, 29 homens, 119 mulheres e 40 crianças foram libertados. Alguns camponeses desapareceram desde a sexta-feira. Durante a remoção, o pretense dono Adelin Osperman (produtor de soja brasileiro) juntamente com alguns empregados com espingardas entraram com caminhões na fazenda baleando os camponeses e matando Ángel Cristaldo (de 30 anos) e Leopoldo Torres (de 49 anos) e ferindo outras cinco pessoas diante dos olhos dos policiais presentes no terreno. Uma delas ainda se encontra em estado crítico no Hospital de La Candelaria (Caaguazú), e Aníbal Fernández teve que ser operado no mesmo hospital. A Comissão Nacional de Direitos Humanos do Paraguai está cobrindo os gastos gerados por estas internações, porque os serviços de saúde foram privatizados no país.



Poucos anos mais tarde, Marielle Palau (2009) cita o seguinte abuso acontecido na comunidade de Curupayty e Mbocayaty, no Distrito de Choré, San Pedro. Mbocayaty é uma comunidade formada há mais de 35 anos, tem 400 hectares (todos com títulos de propriedade) e é integrada por 102 famílias. Junto a ela está a comunidade Curupayty, onde 99 famílias foram assentadas no ano de 2002 e obtiveram a legalização das terras em 2006. Ambas as comunidades fazem divisa com a estância “Agroganadera Jejuí”, onde aparentemente o proprietário tem intenções de cultivar soja.

Na sexta-feira, 19 de junho, um grupo de dez policiais foi emboscado por desconhecidos, enquanto custodiavam a estância “Agroganadera Jejuí”, propriedade de Emio Ramírez Russo, localizada no Distrito de Choré, departamento de San Pedro. Um dos policiais faleceu por ferimentos a bala e outro acabou ferido.

No sábado, 20 de junho — às 10 horas aproximadamente — uns duzentos policiais, sob a responsabilidade do Comissário Recalde e acompanhados pelas fiscais Lilian Ruiz e Fanny Villamayor, intervêm nas comunidades de Curupayty e Mbocayaty, contíguas à propriedade de Ramírez Russo, supostamente em busca dos responsáveis pela emboscada.

Segundo os testemunhos, enquanto as fiscais realizavam averiguações na entrada da comunidade, a polícia agia nas casas localizadas no fundo da mesma. Mais que uma operação policial, esta foi uma intimidação e saqueio. Segundo as denúncias feitas, os homens eram

tirados de suas casas literalmente a pontapés e bofetadas, depois jogados no chão, tendo as costas pisoteadas pelas botas. Este procedimento afetou também algumas crianças. Muitas mulheres também foram esbofeteadas e golpeadas. Como se isso fosse pouco, queimaram três casas: as de Modesta Florentín (44 anos, solteira e mãe de seis filhos), a de Mariza Florentín (24 anos e com dois filhos) e a de Nimia González (27 anos e com três filhos). Além disso roubaram celulares, implementos agrícolas e mais de dez milhões de guaranis.

Como se essa violência tivesse sido pouca, uma vez que colocaram quarenta e um camponeses em um ônibus para levá-los para a delegacia de Chore, os mesmos foram obrigados a ir ajoelhados e com a cabeça virada para o chão, e, estando nessa posição, os borrifaram com gás lacrimogêneo.

Durante e após o “procedimento” muitas famílias abandonaram suas casas por medo de uma nova invasão, os rumores de que o mesmo seria feito novamente nessa noite foram muitos e criaram angústia na comunidade.

A maior preocupação de muitas das mulheres foi o medo que ficou nos meninos e nas meninas, que nessa noite acordavam “chorando e pedindo socorro”, se queixavam de dores de cabeça e de febre. (Palau, 2009: 43)

Testemunhos como esse se repetem em todos os lugares onde a soja se expande no Paraguai. Por exemplo, só entre agosto de 2008 e dezembro de 2009, aconteceram 58 desocupações, que afetaram 12.294 pessoas.

Recentemente, em 14 de agosto de 2013, circulou a seguinte informação¹²:

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) condenou os fatos, ocorridos em 14 de agosto passado, nos quais o ativista foi assassinado. Areco era um dos principais líderes da comunidade camponesa de Reconquista em ações a favor de famílias sem terras e do direito à terra. Em dezembro de 2012, a CIDH condenou também o assassinato de Vidal Vega, líder do Movimento Camponeses sem Terra e Presidente da Comissão de Familiares de Vítimas do massacre de Curuguay, e, em fevereiro de 2013, o assassinato do líder camponês Benjamín Lezcano, da Coordenadoria Camponesa “Gaspar Rodríguez de Francia”.

Os relatórios afirmam que Areco é o camponês número cento e trinta e um assassinado desde que se iniciou a transição democrática no Paraguai em 1989. Todos eles por questões relativas à posse da terra e ao acesso a ela. No último ano, foram assassinados mais de cinco líderes camponeses do norte do país por estas causas.

A outra forma de criminalização tem lugar durante as manifestações. A respeito disso, Marielle Palau nos lembra, em seu artigo sobre a criminalização ligada aos cultivos de soja, que se manifestar é um direito humano fundamental tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos quanto na Constituição do Paraguai, e que, apesar disso, este direito vem sendo progressivamente cerceado e penalizado (Palau, 2009: 57). Ela destaca que o bloqueio de estradas é a ação mais criminalizada.

Vamos ler o seguinte testemunho:

O caso que teve maior repercussão, pela violência e pela crueldade utilizada, foi a repressão à Federação Nacional Camponesa em julho do ano de 2009. Uns 800 integrantes da FNC acampavam ao lado da estrada Ruta 7, na altura do quilômetro 179, bairro Toro Blanco da cidade de Caaguazú. Ali realizavam bloqueios intermitentes da estrada, como mecanismo de pressão sobre o governo para o cumprimento de suas reivindicações e também como meio para fazer os cidadãos em geral conhecerem a realidade do campesinato. No domingo, 5 de julho, a poucos metros do acampamento, ocorre um assalto violento a um comércio, que termina com a morte do proprietário. Segundo versões da polícia, testemunhas desconhecidas denunciaram que, depois de ocorridos os fatos, os meliantes entraram nas barracas da Federação, com uma espingarda que roubaram do comércio. Chama a atenção que pretendam se esconder a poucos metros de onde cometeram o delito, e também que, segundo muitos camponeses entrevistados, o comerciante da zona costumava ajudar os acampados na estrada.

Na segunda-feira às 6 da manhã aparece a fiscal Fanny Villamayor e outros dois fiscais, acompanhados por um esquadrão da polícia, para invadir o acampamento em busca do rifle perdido, que seria a prova do crime. A operação começa com toda a violência (algo estranho para um trabalho que deveria ser de inteligência e não de força bruta), e os camponeses e camponesas são dispersados pela cidade de Caaguazú, onde começam a ser perseguidos e violentados pela polícia. A polícia não respeitou território, idade, sexo nem condição física das pessoas para reprimir. Pegavam quem alcançavam com selvageria, fosse idoso, mulher ou pessoa com deficiência. Segundo oficiais da polícia, quem dava ordens de usar violência era a fiscal Fanny Villamayor.

Depois de terem sido dispersados, os manifestantes voltaram a se agrupar na praça principal de Caaguazú, onde a violência policial entrou em ação novamente. Foram até a igreja, mas parece que a ordem de dispersar a mobilização era tão clara que a perseguição do aparato repressivo continuou até ali. Finalmente, após negociações com o prefeito municipal, encontraram uma zona sem obstáculos no pavilhão

municipal da cidade, onde acamparam nos dias seguintes.

O saldo da operação foi de várias dezenas de feridos, entre os quais estão incluídas mulheres, menores de idade, idosos maiores de 70 anos e deficientes. Cerca de 50 pessoas foram detidas e acusadas de “resistência” e “exposição a riscos comuns”. A única resistência que houve, conforme mencionam os camponeses, foi contra os cassetetes, as balas, os cavalos da polícia montada. Uma resistência para defender a própria integridade física. Além disso, como em outros casos, as vítimas denunciaram o roubo de seus bens pessoais, como celulares, dinheiro em espécie, cobertores, colchões e outras coisas.

Ela relata também que, entre agosto de 2008 e dezembro de 2009, foram detidas 1.050 pessoas durante remoções e manifestações, das quais 333 foram incriminadas.



San Pedro, Paraguai. Foto: Henry Picado

Após a instauração do governo de fato, a oligarquia avançou em seu plano para controlar o movimento popular e deixá-lo sem lideranças, através da criminalização, da intimidação e dos assassinatos seletivos como mecanismos de ação, como mostra Cecilia Viyk (2013):

A aprovação da lei antiterrorista em 2010 é um avanço chave no âmbito jurídico-político da criminalização, sendo aplicada pela primeira vez em outubro de 2012, após o Golpe de Estado.

A farsa fiscal armada em torno da resistência de Marina Cue-Curuguay é um caso exemplar, no qual são incriminados lutadores/as inocentes, prendendo-os numa tentativa de castigo que sirva de exemplo para os lutadores pela terra, bem como de grande impunidade para a oligarquia assassina e criminoso.

São mantidos há oito meses catorze presas e presos políticos e mais de cinquenta incriminados/as, inocentes, sem provas contra eles, acusados de homicídio doloso em grau de tentativa (dado que não existem provas, pelo que não pode ser comprovada sua suposta culpabilidade), formação de quadrilha, invasão de imóveis (embora Marina Cue seja terra pública), entre outras coisas. Em 22 de fevereiro, foi feita a primeira condenação a um dos presos políticos, um menor de 17 anos, condenado por formação de quadrilha por levar alimentos para seu irmão que estava na ocupação.

Fechando o círculo da criminalização, da incriminação e da acusação das e dos lutadores, encontra-se a repressão e os assassinatos seletivos. Com o assassinato do dirigente do assentamento Arroyito, Benjamín Lezcano, sobem para cento e vinte e nove os lutadores e lutadoras pela terra assassinados/as de 1989 até hoje (Codehupy, 2013).

Vinte assassinatos foram cometidos desde o Massacre de Uruguay, em 15 de junho passado, até hoje. Onze camponeses e seis policiais foram mortos no Massacre de Uruguay em 15 de junho. O líder Sixto Pérez, em processo de organização de uma cooperativa camponesa para a exploração de diamantes na região norte do país, foi assassinado por jagunços em 1º de setembro de 2012. Vidal Vega, dirigente da Comissão Sem Terra e testemunha chave do Massacre de Uruguay foi assassinado por jagunços em 1º de dezembro, e Benjamín Lezcano, líder camponês, foi assassinado por jagunços em 19 de fevereiro de 2013.

Estudos mostram que a quantidade de assassinatos no âmbito da luta pela terra é maior naqueles departamentos onde a concentração da terra é maior (Campanha da sociedade civil pela reforma agrária, 2010). Nenhum dos cento e vinte e nove casos de assassinato de dirigentes e lutadores/as pela terra foi esclarecido.

Visita de verificação ao departamento de San Pedro, distrito de Wajiví

No dia 19 de outubro de 2013, uma delegação internacional do México, Costa Rica, Colômbia, Equador, Chile, Uruguai, Argentina, Brasil e do Estado Espanhol realizamos uma visita de verificação sobre os impactos da soja no Departamento de San Pedro.

Durante o mês de outubro, a terra começa a ser preparada para o plantio. Ao longo do percurso de Assunção até San Pedro, observa-se a terra tratada com herbicidas, que apresenta uma cor avermelhada, o que explica o

mau estado da saúde do solo, depois de tantos tratamentos com herbicidas e outros agrotóxicos.

Em meio ao solo queimado, em alguns lugares começam a crescer plantas de soja ou milho transgênico resistentes ao glifosato.

Nestas zonas é muito difícil ver árvores, com exceção dos eucaliptos que foram plantados para a produção de celulose, o que prejudicará ainda mais as condições do solo.

A presença da Cargill é muito forte, chega ao extremo de fazer parte da paisagem da região. No percurso pudemos ver silos, caminhões e sinalização da empresa, e nos deu a impressão de que este era um território tomado por ela.

Na paisagem sobressai mais diretamente a presença da Monsanto. Nos futuros campos de milho se vê letreiros DKB390, um milho da Monsanto desenvolvido para climas tropicais. De acordo com os testemunhos que nos foram dados por moradores da região, o milho está crescendo em zonas onde antes somente se plantava soja, e as propriedades dos produtores servem como sítios de demonstração dos milhos da empresa. Desta forma, a empresa consegue expandir sua influência nos campos paraguaios.

Uma vez chegados a uma das comunidades, seus integrantes nos receberam, e os primeiros habitantes nos contaram a história de como a comunidade se formou, de como eles foram duramente atingidos pela repressão, pela mudança climática e pela soja.

Do território original, 80% agora estão ocupados pela soja, e seus proprietários são todos brasileiros.

A comunidade se organizou para ter um pedaço de floresta. A floresta é muito importante para todos, pois dali se abastecem de lenha para fazer carvão. Usam apenas os ramos secos, para não acabar com as árvores. Da mesma forma, se abastecem de plantas medicinais e de frutos.

Itatí¹³, uma das jovens que estuda em um centro de estudos agroambientais, que é administrado pelas próprias pessoas da comunidade, sabe o nome de todos os frutos comestíveis e das plantas medicinais da região. Tem conhecimentos sobre seu uso, a época de frutificação, quando estão prontos para ser comidos, e muitas coisas mais.

Mas esta floresta está em perigo, pois está sendo rodeada por plantações de soja. Alguns membros da comunidade arrendaram ou venderam a terra para o produtor de soja brasileiro. Em alguns casos, ele lhes oferece trabalho (temporário); em outros, renda certa através do arrendamento da terra.

Mas, no caso da mãe de Itatí, a história é diferente. Com ela estão usando um sistema de encurralamento. Ela vive no limite da plantação de soja, e ela e sua família recebem todos os produtos químicos que são usados ali. Seus cultivos também são afetados. A mandioca seca, assim como o milho e outros produtos.

Sua vaca teve um bezerro que nasceu doente. Esse é um efeito muito comum entre os animais expostos ao glifosato.

Após repetidas queixas, os empregados dos brasileiros começaram a pulverizar a partir das 3 horas da manhã. Mas, de qualquer forma, os tóxicos chegam até a família. Para minimizar o efeito dos químicos, ela pôs uma barreira de árvores, de uns 10 metros, entre seu terreno de 5 ha e a plantação de soja, mas os empregados do sojeiro queimaram uma parte da barreira, e agora ela tem que esperar que a vegetação volte a crescer.

O irmão de Itatí, um menino de cinco anos, e seu amigo nos mostraram sua pele, cheia de erupções. Seu pai também se queixa, pois já não consegue trabalhar como antes, porque se sente fraco desde que a soja chegou.

Caminhamos ao longo do limite entre as duas propriedades até chegar à plantação de soja. O solo estava queimado, pois haviam pulverizado oito dias antes. Quando o sol brilhava com mais força, levantou-se um forte cheiro de agrotóxicos, nossos olhos começaram a arder; nosso rosto, a coçar, e um dos companheiros sofreu um início de crise de asma.

No campo de soja viam-se os primeiros brotos de soja, mas também observamos algumas ervas espontâneas (mal chamadas de daninhas), que tinham sobrevivido ao glifosato.

Tinham surgido as primeiras superervas espontâneas!

Uma das coisas que mais nos chocou é que o poço de água, que abastecia de água toda a comunidade, estava localizado junto à plantação de soja, e por isso recebia todo o impacto das pulverizações com glifosato e de todo o pacote de agrotóxicos necessário nos cultivos de soja transgênica.

Diante da queixa dos moradores, os sojeiros tinham deixado uma faixa de dez metros com árvores, “para que a pulverização não chegue à água”. Perguntamo-nos se essa proteção será suficiente.

Outro dos problemas que as pessoas enfrentam é que, um pouco antes da colheita, começou a ser usado um novo químico que seca as plantas de soja; então sobe um pó, e é impossível respirar. Trata-se de um novo herbicida incluído no pacote de agrotóxicos que acompanham a produção de soja transgênica, que acelera o processo de secagem da soja; com isso, os produtores ganham quinze dias, enquanto as pessoas da comunidade continuam adoecendo.

A soja é um cultivo relativamente novo na região, por isso seus impactos ainda não são muito evidentes. Ali está sendo aplicado um pacote produtivo que sem dúvida está enriquecendo uma pessoa, um brasileiro, que os moradores da comunidade nunca viram. Eles nos disseram que o sojeiro vive confortavelmente em alguma cidade do Brasil.

E enquanto ele enriquece, que futuro resta a esta comunidade.



San Pedro, Paraguai. Foto: arquivo Sobrevivência

Conclusões

1. Existe uma forte relação entre a violação dos direitos humanos das populações indígenas e camponesas e a zona de expansão da soja transgênica no Paraguai.
2. Estas violações incluem desocupações forçadas, criminalização e intimidação das populações locais, e a elas é negado o direito à saúde, à moradia, a uma alimentação sadia e a um ambiente livre de contaminação.
3. Muitas das plantações estão nas mãos de estrangeiros, principalmente brasileiros, que ocuparam terras de comunidades indígenas e camponesas.
4. Estas desocupações constituem também uma violação do direito à alimentação, pois as zonas antes dedicadas à produção de alimentos hoje são dedicadas à produção de soja, o que debilita a soberania alimentar da população.
5. Além disso, a expansão das plantações de soja transgênica destruiu outras fontes básicas de sobrevivência de muitas comunidades rurais, porque estas plantações se expandiram sobre florestas e outros ecossistemas naturais que fornecem bens e serviços às comunidades.
6. As pulverizações constantes, que são parte do pacote tecnológico com o qual a soja transgênica é plantada, deterioraram o estado de saúde da população que está na zona de influência dos cultivos de soja.
7. Existe um grupo pequeno de empresas (em sua maioria estrangeiras) que se beneficiaram com a expansão da soja transgênica no Paraguai, especialmente a Cargill e a Monsanto.

Recomendações

Com base nas observações e conclusões, a missão de verificação faz as seguintes recomendações.

1. Exortamos o governo do Paraguai para que reinstaure de imediato as condições de respeito absoluto aos direitos humanos, às garantias individuais e aos direitos coletivos reconhecidos por todos os instrumentos de direitos humanos em nível internacional, sem os quais nenhuma nação pode se assumir como promotora de justiça, respeito, liberdade e democracia plena.
2. Solicitamos à sociedade civil nacional e internacional que promova a visita de autoridades das Nações Unidas como o Relator Especial sobre as Implicações para a Gestão e Eliminação Ecologicamente Racional das Substâncias e dos Resíduos Perigosos; o Relator Especial sobre o Direito de Toda Pessoa a Desfrutar do Mais Alto Nível Possível de Saúde; o Relator Especial sobre a Moradia Adequada Como Elemento Integrante do Direito a um Nível de Vida Adequado; o Relator sobre o Direito à Não Discriminação; e o Especialista Independente sobre a questão das Obrigações de Direitos Humanos Relacionadas com o Desfrute de um Meio Ambiente Sem Riscos, Limpo, Saudável e Sustentável. É urgente também a presença da relatoria sobre defensores de direitos humanos da CIDH.
3. Exigimos que a Defensoria Pública do Paraguai faça um relatório temático sobre esse assunto, com a participação e reparação das vítimas.

4. É urgente que mais vozes em nível internacional somem seus resultados para configurar um estudo aprofundado e definitivo sobre os impactos da soja nos direitos humanos, com a participação e reparação das vítimas, que seja enviado aos setores do Poder Público (Executivo, Altas Cortes), à Defensoria Pública e demais organismos de controle (por exemplo, a Controladoria).
5. Que estes estudos sejam publicados, para conhecimento do público, especialmente das vítimas, notificando as principais empresas em questão, filiais e matrizes, com cópia para o Centro de Informação sobre Empresas e Direitos Humanos.
6. Que estes estudos sirvam de base para iniciar um processo de reparação integral às vítimas.

Referências:

- Benítez, Stela; Macchi, María Luisa; Acosta, Marta (2007). Malformaciones congénitas asociadas a agrotóxicos. Em, *Pediatría, Sociedad Paraguaya de Pediatría*, volume 34, número 2.
- Catacora Georgina et al. 2012. *Producción de Soja en el Cono Sur de las Américas: Actualización Sobre el Uso de Tierras y Pesticidas*. Genøk, UFSC, REDES e BASE-IS.
- Centurión Florencio. 2010. “Avance de la agricultura transgénica. Impactos socioculturales y económicos en comunidades campesinas e indígenas del Este paraguayo, entre la pervivencia y el ocaso 2010”. Em: Bravo et al. *Los señores de la soja*. Buenos Aires : Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad-Ciccus; Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-Clacso
- Coordinadora de Derechos Humanos del Paraguay (2007). *Informe Chokokue. Ejecuciones y desapariciones en la lucha por la tierra en Paraguay*. (Assunção: Codehupy). Citada em Palau, Marielle (2009) “La dimensión violenta de La criminalización”, em Palau, Marielle. (Comp.) *Criminalización a la lucha campesina*, Assunção, BASE-IS. pp.35- 72.
- Conamuri. 2012. *Soja transgénica y agrotóxicos en Paraguay*. 4 de agosto, 2012.
- Domínguez Diego e Sabatino Pablo. 2010. “La muerte que viene en el viento: La problemática de la contaminación por efecto de la agricultura transgénica en Argentina y Paraguay”. Em: Bravo et al. *Los señores de la soja*. Buenos Aires : Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad-Ciccus; Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-Clacso
- FAOSTAT (Estatísticas do Programa de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas) (2011b). *Statistics on Production / Crops*. Disponível em: <http://faostat.fao.org/site/567/DesktopDefault.aspx?PageID=567#ancor>
- FAOSTAT (Estatísticas do Programa de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas) (2011a). *Resource STAT*. Disponível em: <http://faostat.fao.org/site/377/default.aspx#ancor>
Data de acesso: 15-31 de dezembro, 2011
- Fogel, Ramón (2005) “Efectos socioambientales del enclave sojero”, em Fogel, R. e Riquelme M. (Comps.) *Enclave Sojero, merma de soberanía y pobreza*, Assunção, CERI. Pp.35-100.
- Juicio a la Fumigación (2012). *Hot! Soja transgénica y agrotóxicos en Paraguay*. Entrevista com Alicia Amarilla, Secretária de relações Internacionais da Conamuri. Disponível em: <http://www.juicioalafumigacion.com.ar/sojatransgenica-y-agrotoxicos-en-paraguay/>
- Markley Brooke. (2012). *Paraguay. Oilseeds and Products Annual*. 2012. Global Agricultural Information Network. FAS/USDA.
- Palau, Marielle (2009) “La dimensión violenta de La criminalización”, em Palau, Marielle. (Comp.) *Criminalización a la lucha campesina*, Assunção, BASE-IS. pp.35- 72.
- Palau, Tomás. 2012. “Evolución de transgénicos (el caso de la soja) y su expansión a nivel mundial. Agro negocios y seguridad alimentaria desde la perspectiva paraguaya” [AULA], no curso: “Ecología política en el capitalismo contemporáneo”. (Programa Latinoamericano de Educación a Distancia, Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, Buenos Aires, Novembro de 2012).

Pereira, Hugo. 2009. *Afecciones relacionadas con la fumigación sojera. El costo social de la expansión de la agricultura mecanizada en Kuruzu de Hierro, Departamento de Concepción, Paraguay*. Documento de Trabajo No. 128. BASE-IS. pp. 74.

Proyecto Cultura y Ambiente. 2009. *Paraguay —Producción sojera como causa de exclusión campesina. Conflictos Socioecológicos. Explotaciones agrícolas*. Ficha No. 31

Rulli, Javiera. 2005. *Paraguay: Masacre en Caaguazú*. Grupo de Reflexión Rural. Disponível em <http://www.biodiversidadla.org/layout/set/print/content/view/full/17180> Acesso em agosto de 2013.

Vuyk Cecilia (2013). “Asesinatos selectivos, amedrentamiento y criminalización en Paraguay. Recrudescimiento golpista contra el pueblo paraguayo”. *Rebelión*. 5 de março de 2013.

Notas:

1 E que é formada por Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Bolívia

2 Citado em <http://www.quanta.net.py/userweb/apocalipsis/Genetica/Soja/soja.html>

3 O Paraguai é o terceiro exportador de milho da América Latina. Em 2012, exportou 2,405 bilhões de toneladas. <http://www.fas.usda.gov/psdonline/circulars/grain.pdf>

4 Através de suas empresas mosaico, a Cargill é uma das maiores produtoras de fertilizantes em nível mundial.

5 Notícia disponível em <http://www.reuters.com/article/2013/05/10/adm-soybeans-plantidUSL2N0DR3GZ20130510>

6 Notícia disponível em <http://www.5dias.com.py/12535-bunge-y-dreyfus-catapultan-a-paraguay-a-la-era-de-la-industrializacin>

7 <http://www.monsanto.com/global/py/Pages/default.aspx>

8 Declarações feitas a Prensa Latina 02/07/13, disponível em <http://www.tercerainformacion.es/spip.php?article54372>. Denunciam que a Monsanto destrói a agricultura familiar paraguaia

9 Nota disponível em <http://partidopirata.com.ar/2012/09/09/elpresidente-de-paraguay-defiende-a-monsanto-en-una-misa/>

10 Entrevista disponível em <http://brecha.com.uy/index.php/sociedad/2078-la-republica-unida-de-la-soja>

11 cujos efeitos em ratos foram avaliados por Seralini *et al* (2012), que encontraram graves impactos sobre a saúde.

12 Informação divulgada por Red Latinoamericana y Del Caribe para la Democracia (RedLad). Disponível em

http://www.redlad.org/sites/default/files/Alert_Murder%20of%20peasant%20leader%20Lorenzo%20Areco%20in%20Paraguay_august2013.pdf

13 Nome fictício, a fim de resguardar a integridade.

San Pedro, Paraguai

Deslocados pela soja numa floresta de *palosantos*

GRAIN

San Pedro, Paraguai. Vendo passar as terras pantanosas cobertas de mato e detritos no que uma vez foram áreas de florestas semitropicais com grandes variedades de vegetação, enquanto os ônibus percorrem as plantações de soja, é impossível não pensar que há quase um código implacável que concentra a problemática paraguaia: monopolização de terras, violência paramilitar, desocupação forçada; a integridade dos grupos de colonos, camponeses, assentados e trabalhadores diaristas excluídos; o golpe de

Estado que estabeleceu o controle das corporações agroindustriais e a repetida exploração a qualquer custo e sem consideração com os territórios. O abuso parece ter se estabelecido. Façamos um pouco de história.

Golpe de Estado transgênico. O governo do presidente destituído Fernando Lugo havia começado a abrir o panorama muito desfigurado das relações agrárias no âmbito rural paraguaio: “uma distribuição tão desigual que 85% da terra (cerca de 30 milhões de hectares) encontra-se em poder de 2% dos proprietários, situação que produz uma tensão permanente, na qual a violência parapolicial e por parte das forças públicas é coisa rotineira e é acompanhada pela criminalização das lutas camponesas”, como insistiu a Aliança Biodiversidade, espaço organizacional ancorado em onze países do continente.

Em meados de 2012, ocorreu um massacre em Curuguaty, localidade de Marina Cué, dentro da Campos Morombí SA, uma empresa “suspeita de estar assentada em terras usurpadas”, afirma a organização Conamuri. Ali perderam a vida 11 camponeses sem terra e 6 policiais, em um “confuso episódio de desocupação”, uma emboscada da qual os camponeses se defenderam, e não o contrário como afirmam as autoridades e os meios de comunicação inclinados ao governo golpista.

A comissão de investigação independente chefiada pelo jurista Aifor Martínez (com respaldo de advogados e personalidades locais) insiste em que, conforme os testemunhos obtidos em primeira mão entre camponeses, policiais, funcionários, familiares, empregados do hospital e fotógrafos presentes, aparecem as inconsistências com a versão oficial. Ressalta a posição no terreno de francoatiradores desconhecidos, “providos de armas nunca usadas pelos agricultores, e a convicção de que foram esses elementos que desencadearam o choque armado ao disparar e matar o dirigente dos camponeses e o chefe de operações da polícia enquanto negociavam”. Os camponeses contavam somente com espingardas de caça e outras armas rudimentares, pelo que não foi possível resistir ao ataque dos verdadeiros agressores.

Hoje está claro que o episódio foi montado para promover uma crise política da qual os principais beneficiários foram as grandes corporações transnacionais como Monsanto, Cargill e Río Tinto, entre outras. O massacre precipitou uma crise e um *impeachment* contra Lugo, o que em 30 horas desencadeou sua destituição “institucional” via parlamento.

Para o economista Luis Rojas, apesar de não ser possível afirmar que o governo de Lugo caminhava para o socialismo ou algo parecido, o certo é que várias de suas medidas no campo paraguaio foram claramente progressistas. “Havia uma considerável conjuntura democrata em alguns funcionários públicos, como no Senave, de controle de sementes, na Seam, de meio ambiente, e no Indert, que rege a questão de terras e desenvolvimento rural. Desde então, a guerra desencadeada nos meios de comunicação da oligarquia denunciava como abuso — insólito e inconcebível — o cumprimento das normas ambientais e constitucionais que regem o espírito destas secretarias do Estado: sojeiros, pecuaristas, latifundiários eram todos iguais do ponto de vista legal”.

Depois de subir à presidência, Federico Franco, o vice-presidente de Lugo, desencadeou de imediato um processo de reformas continuado pelo atual presidente Horacio Cartes: as grandes corporações transnacionais vão

obtendo permissões de plantio comercial de transgênicos, consolidam seus empórios agrícolas, afirmam-se mediante a recente Lei de Aliança Público-Privada (que não foi absolutamente consultada). Essa lei implicará “a privatização dos bens e serviços públicos, através de concessões a empresas privadas da educação, da saúde e inclusive da energia e dos recursos estratégicos do subsolo, água e minerais, além de constituir uma regressão a práticas próprias do regime da ditadura, onde o titular do Poder Executivo concentra o poder de decisão relativo aos recursos do Estado e reproduz práticas repressivas e violentas para calar o povo”, afirma a Coordenação Latino-Americana de Organizações Camponesas (CLOC-Via Campesina) em um comunicado do final de outubro de 2013. No cenário estão isenções fiscais de quase 100% para as corporações que investem no Paraguai.

O modelo sojeiro. Desde 2008 as pesquisas e as missões internacionais de observação ressaltavam que à fragmentação das unidades produtivas e dos territórios somava-se “a desocupação compulsória dos habitantes das comunidades camponesas, devido ao avanço da agricultura comercial ou mecanizada”, como disse o Centro de Documentação e Estudos. Em 2006, a missão de observação da Food-First International Action Network e Via Campesina concluiu que “a expansão desenfreada do cultivo de soja causa perseguições, ataques e assassinatos cometidos por corpos policiais, parapoliciais e por grupos privados armados, contra líderes camponeses”, e que a introdução da soja transgênica significou um aumento vertiginoso de camponeses sem terra pela expansão-ocupação-monopolização de terras camponesas. Javiera Rulli, escrevendo em 2008, mostrava o panorama completo do modelo sojeiro: “morte por envenenamento, intoxicação em massa, expulsão ‘legal’ de suas terras, alienação do território comunitário e nacional, perda da soberania alimentar e territorial”.

Na clareira de uma floresta em San Pedro, Paraguai. Percorrer as estradas de chão batido que cruzam San Pedro em meio aos imensos campos de soja é constatar que a devastação causada pelos plantios mecanizados é um vírus que aperta a garganta das possessões camponesas de cultivos diversos. A entrada dos brasileiros e dos agora brasiguaios, como são chamados seus filhos, é tão grande que detêm 40% da superfície total dos departamentos de Alto Paraná e Canindeyú (ao qual pertence Curuguaty). As próprias delegacias de polícia estão estabelecidas em propriedades privadas, e as próprias residências dos efetivos policiais são doadas pelos brasiguaios. Há inclusive viaturas que são de propriedade particular.

Mas, nos arredores dessas imensas plantações de soja, continuam firmes os assentamentos camponeses das pessoas removidas desde os anos setenta (nos tempos das Ligas Agrárias), que sofreram a repressão de Stroessner e tiveram que se exilar ou sofrer o incêndio de suas possessões e a ardilosa emboscada por obscuros grupos paramilitares de proprietários com respaldo policial.

Em um desses assentamentos de Canindeyú, os moradores nos receberam numa floresta de árvores enormes. E em uma das clareiras, as pessoas nos contaram sua história, de como vinham dos departamentos mais atingidos pela Revolução Verde, que instalou experimentos para converter os camponeses de subsistência em monocultores de cítricos. Muitos eram itaitins,

ou itatins, da grande família guarani, que povoavam a região e que foram acusados falsamente de ser apoio da guerrilha contra a ditadura de Stroessner.

Quando se desencadeou a onda repressiva, as populações fugiram, viveram na mata por meses (algumas por anos), até que chegaram a estas florestas, onde ainda plantam de maneira diversificada, mantêm suas estruturas comunitárias, promovem uma educação própria e revitalizam seus cultivos e suas sementes ancestrais, guardadas inclusive nos longos dias do exílio na montanha. Hoje, apesar da perseguição dos caciques e das corporações, apesar dos paramilitares e dos agrotóxicos que os pulverizam diariamente em uma ou outra zona, continuam reivindicando sua assembleia e o pequeno espaço para se defender das plantações que tentam estrangulá-los.

A proximidade física é tal que alguns nos perguntam se os dez metros de proteção entre a plantação e a propriedade coletiva são suficientes para se proteger da contaminação transgênica da soja e do envenenamento de agrotóxicos, como se o ambiente de vigilância, opressão e perseguição não fosse onipresente para o lado de cá dos dez metros legalmente estipulados.

Uma jovem mulher, Nadia, comenta com entusiasmo depois de sua filha de oito anos ter nos mostrado sua horta com uma sabedoria camponesa minuciosa e detalhista herdada de sua avó e de seu avô: “por isso estamos aqui, e o que vocês estão vendo, a natureza que ainda estamos mantendo, nós todos temos cuidado disso. Estes *palosantos* não existiriam se não fosse porque nós não nos descuidamos”.

Diz um dos homens mais velhos, senhor Julio: “Hoje a luta é muito mais intensa, é vinte vezes mais difícil que naquela época da ditadura em que chegamos a este pedaço de terra, porque utiliza estratégias muito apuradas. Nossas lutas são desafiadoras porque eles têm muito mais dinheiro, portanto temos que triplicar nosso esforço e melhorar nossa estratégia. O motivo de nossa luta é viver melhor, prolongar a nossa vida. Mas todo este sonho hoje está ameaçado. Há muita insegurança. Não sabemos até quando podemos estar aqui. Muitos companheiros estão sendo convencidos e estão vendendo seu direito de ter um pedaço de terra (que é a famosa *derechera*), a venda dos direitos de uso da terra. Diante de tudo isso, desde o princípio tivemos uma linha de produção agroecológica, temos uma associação alternativa ecológica que se responsabiliza por levar adiante o programa de produção, temos uma rádio comunitária, temos um colégio de ciências ambientais e este ano vamos ter o primeiro grupo de formados. Temos um grupo de moradia em cooperativa, no qual o principal critério para cada morador que vai ter uma casa é ter que deixar obrigatoriamente árvores e vegetação. Restam-nos quatrocentos hectares no total, já incluindo a zona urbana, e são lugares públicos. Na associação, somos uns cento e setenta, e esperamos ser um pouco mais este ano.

Dona Emma é outra das primeiras habitantes. Sentada levanta a voz e, em guarani, como todos, diz: “quando nós entramos nesta comunidade, nosso sonho sempre foi ter um grande pedaço de terra para que nossos filhos fiquem, ocupamos este terreno principalmente por nossos filhos. Sempre sonhamos ter muitos hectares para que nossos filhos fiquem na comunidade, mas atualmente os compradores de terra estão avançando, e estes compradores dizem que nossa comunidade tem que ser toda um sojal: parece que vai se cumprir, porque a soja está avançando muito em nosso território. Meu bairro está totalmente rodeado de soja, ocupado por soja, já restamos muito poucos,

somos muito poucos os que estamos resistindo. Eu estou muito fraca, mas graças à organização sigo tendo força para continuar lutando. Agora restam só os mais velhos e as mais velhas. Nossos filhos praticamente já migraram, já não estão comigo. Antes, quando terminava a sexta série os filhos tinham que migrar para continuar seus estudos, mas graças a termos construído e instalado um colégio nossos filhos estão ficando, mas estão sofrendo muitíssimo porque não têm um teto para se cobrir da chuva e do frio. Estamos restando muito poucos, somos uma faixinha. E não temos outro remédio senão utilizar seus próprios venenos para produzir, pois estamos rodeados pela soja”.

Outro homem idoso, o companheiro Ernesto, se levanta: “Eu sou um dos primeiros habitantes. Os primeiros que chegamos entramos pela água, pelo rio Jejuí e depois por Curuguay, porque não havia estrada. Este caminho pelo qual vocês entraram não existia. Nós chegamos do segundo departamento, que é San Pedro, e do quinto departamento, que é Caaguazú, caminho para Ciudad del Este, e quando entramos aqui tínhamos quase mil hectares de terreno. Nós viemos aqui justamente porque pensávamos diferente, porque queríamos viver melhor, e por pensar diferente já fomos considerados desde o primeiro momento como delinquentes, fomos perseguidos desde então e fomos divididos pelas pessoas enviadas naquele momento. Para reprimir-nos, fomos divididos, houve conflito interno, mas mesmo assim sobrevivemos, porque teve gente que continuou mantendo essa ideia e este sonho. E continuamos aqui”.

O menino. Escuta-se ao longe na floresta uma melodia assoviada de maneira alegre e um tanto atrevida em sua sedução e em seus altos e baixos de volume. Os primeiros habitantes nos contam que é Tito, um menino pequeno, um menino pequenininho, com um bastão, e que tem o poder de hipnotizar você e levar para a floresta, mas não lhe faz nada, ele só quer um carinho de uma mãe ou de um pai ou de um irmão. Vários comentam que ouvem-no, que andava por aí na floresta: “estamos ouvindo ele, faz muito silêncio, mas está metido aí”, dizem vários. E você fica pensando que esta comunidade é como esse menino, que nos convida para outro mundo, onde as pessoas continuam reivindicando seus espaços ancestrais, seus mais antigos vislumbres, seus cuidados mais acertados, suas justiça mais pacificadoras. Continuamos aqui, disseram. É verdade, podemos ouvi-los, está muito silencioso, mas estão metidos aí nos chamando. E vão continuar.



Paraguai: Registro parcial da pilhagem, do agronegócio e do golpe de Estado

O Paraguai está ferido pelos interesses mais obscuros do agronegócio, para os quais a perseguição, expulsão e envenenamento de populações camponesas e indígenas é tão somente uma maneira lucrativa de fazer negócios (sem que qualquer consideração lhes faça tremer a mão). No contexto da investigação deste ataque — que parece arrebatá-lo a história e o futuro do Paraguai —, juntamos fragmentos dispersos de documentos que expõem nossa visão e colocam o dedo na ferida do Paraguai, uma ferida que é não só latino-americana, mas de toda a humanidade atônita. Contribuir hoje para a resistência do povo paraguaio, em quem são experimentadas todas e cada uma das medidas estruturais que afundaram o continente na miséria e no horror, é um ato não só de justiça, mas de entendimento de como se pode impedir que algo assim continue acontecendo em qualquer lugar do mundo.



Manifestação em Assunção contra a Monsanto. Foto: Henry Picado

2006. O campo está ficando nas mãos de grandes proprietários. Nas antigas colônias paraguaias, os sojeiros estão entrando, removendo milhares de famílias paraguaias.

“Começam arrendando a terra por um ou dois anos e depois já as vendem e vêm aqui para a cidade, nos bairros, sem trabalho, sem meios de

vida. É um problema premente”, declarou em mais de uma ocasião o padre José Fernández, da Pastoral Social da Diocese de Ciudad del Este.

Fernández afirma que os empresários da terra têm de 300 a 3 mil hectares, e os pequenos agricultores não possuem nem um metro quadrado. Segundo estimativas privadas, de 1,5 milhão de hectares de soja plantada na safra atual, 1,2 milhão corresponde aos agricultores brasiguaios. A maioria dos 37 mil brasileiros que vivem em zonas rurais de ambos os departamentos são fazendeiros de médio porte, com propriedades de 500 hectares, o que os coloca como o equivalente à classe média urbana.

Nas mesmas zonas vivem cerca de 295 mil paraguaios, incluídos os descendentes de imigrantes brasileiros com residência legal. *Joaquín Benett, 1 de novembro de 2006, <http://alainet.org/active/14267>*

2007. “Na última década, o Paraguai se converteu no quarto exportador mundial de soja”, escrevia o movimento de solidariedade com o Movimento Agrário e Popular: “Este monocultivo cobre 2 milhões de hectares. (O crescimento foi exponencial. Desde a safra 1995-06 este cultivo teve um crescimento de 191% e manteve uma média de 125 mil ha/ano. Desde 2003 a produção de soja cresceu 49% em todo o país, e nas províncias onde se expande a fronteira da soja o crescimento chegou a 170% (74.475 hectares em San Pedro), 80% em Canindeyú (194.776 ha) e 68% em Caaguazú (194.776 ha).

“A expansão causou a expulsão de 90 mil famílias camponesas desde meados dos anos 90. Estima-se que a metade dos 2 milhões de hectares de soja eram terras pertencentes a famílias camponesas, que foram apropriadas através de venda, arrendamento ou desocupação forçada. Calcula-se que a expulsão camponesa — só pela soja — chega a 9 mil famílias por ano. Se esta progressão continuar até alcançar a cifra de quatro milhões de hectares, é de se esperar que, nos próximos anos, a quantidade de famílias camponesas expulsas alcance o número de 143 mil, mais da metade das 280 mil unidades produtivas com menos de 20 hectares identificadas no censo agropecuário de 1991.

“A soja cresceu exponencialmente desde 2003 em Caaguazú, onde 72% da terra está privatizada, concentrando-se a população camponesa e indígena no remanescente. Atualmente a soja ocupa aproximadamente 19% da superfície desta província. O Paraguai tem um dos padrões de posse de terra mais distorcidos do mundo, 2% das explorações agrícolas (em torno de 6.400 propriedades) ocupam 82% da terra explorada para agricultura e pecuária.

“É irrefutável que as ações que estão sendo realizadas pelas organizações camponesas paraguaias e, neste caso, pelo Movimento Agrário e Popular põem em cheque o império do agronegócio e seus pilares corruptos. Assim como a Suprema Corte de Justiça Paraguaia confirmou a legitimidade da recuperação de terras camponesas arrebatadas pela soja em Tekojoja, os sojeiros temem que a recuperação de Parirí possa ser o primeiro passo de uma grande ofensiva camponesa para recuperar suas terras na província de Caaguazú. Esta luta do povo camponês, historicamente marginalizado, baseado na defesa da cultura e identidade paraguaia tem uma perspectiva global, dado que estão sendo enfrentados os interesses do agronegócio globalizado, o qual está dominado pelas corporações Monsanto, Syngenta, Pioneer, Cargill, ADM, e outras”. *Estado de alerta en Vaquería, Paraguay.*

2007. Coco era oleiro, se dedicava à fabricação artesanal de tijolos e já não podia sustentar sua vida. Seus filhos também não puderam continuar com o ofício e estão todos desocupados. Como tantos outros, foram “realocados” pelas inundações geradas pela represa Yacyretá. “A remoção começa como um tirar você do rio, que é sua fonte de trabalho. A maioria éramos trabalhadores autônomos. Todos trabalhávamos por produção, principalmente com a pesca e os tijolos. Cada um produzia de acordo com suas necessidades, vivia bem e não passava necessidade. Ao ser retirados de forma inesperada, ao ser carregados involuntariamente em caminhões, e levados para guetos de casas de muito má qualidade, sobre terrenos movediços de banhados, obrigam você a viver ali onde não há sombra e não há água. Na costa havia água grátis. Nestes lugares há a obrigação de pagar água, luz, numa casa que não é nossa, que é preciso pagar, e que, por aceitá-la, renuncia-se a qualquer reclamação contra os governos e os bancos que financiaram a obra” comenta Coco.

A economia e os modos de vida dos afetados foram paulatinamente eliminados pela represa: “pescadores comerciais e de subsistência, fabricantes artesanais de tijolos e telhas, coletores de junco para fazer telhados, lavadeiras, donos de pequenos estaleiros, agricultores, tanto da margem paraguaia como da argentina, nas províncias de Misiones e Corrientes”. No fundo dos 100 mil hectares inundados, ficaram histórias, culturas e um impacto ambiental ainda não dimensionado.

A isso soma-se o fato de que o Rio Paraná está contaminado, nessa parte, por três fábricas papeleiras de capital chileno. “Os paraguaios reclamam do mau uso que é feito do rio, de não haver estudos de impacto dessas fábricas papeleiras. No Paraguai, toda a população que foi transferida para esses guetos não tem trabalho e não tem do que viver. Para onde foram? Para o lixão, para competir com os porcos, os cães e os ratos. Contar isso me faz chorar, porque lembro do que vi em San Cosme, em Encarnación, em tantos lugares”, acrescenta Coco. *Represa Yacyretá: Con el rio les robaron el futuro.* Biodiversidade, sustento e culturas, julho de 2007.

2008. No Paraguai, a impunidade histórica da qual desfrutam os latifundiários determina um clima favorável no qual os agronegócios possam avançar. Esta é uma das características inalienáveis da atração de investidores estrangeiros para o país: a certeza de poder agir impunes e de forma mafiosa para estabelecer seu negócio, em um território onde a única coisa que importa é ter capital e não há leis nem nenhum princípio moral a seguir.

Desde 1989, ano em que caiu a ditadura, foram assassinados mais de 100 dirigentes camponeses, dos quais só um caso foi investigado e seu autor condenado. Os demais permanecem na impunidade. A criminalização do protesto é muito grave. Em 2004, as organizações camponesas chegaram a registrar 1.156 detenções, sendo a população rural de cerca de 2,3 milhões de pessoas. É um registro alarmante se for considerado que, no mesmo ano, no Brasil se deram 421 detenções no campo, onde a população rural chega a 32 milhões.

Um relatório publicado em 2007 pela Coordenadoria de Direitos Humanos do Paraguai (Codehupy) detectou em um censo preliminar 75 vítimas de execuções arbitrárias de 1989 até 2005, período supostamente democrático no Paraguai. Estes casos não são todos os que foram registrados, mas são os que foram confirmados.

O censo do relatório mostra que a maioria dos assassinados eram homens jovens, líderes de base, envolvidos na recuperação de terras para implementar assentamentos camponeses. A metade dos 75 assassinados tinha entre 20 e 39 anos, e 45% não tinham terra própria, 66% eram dirigentes de base e/ou militantes, pessoas que se encontram constantemente nas zonas de disputa pelo território, cabeças visíveis da resistência camponesa e, por isso, também mais vulneráveis. Muitas das execuções arbitrárias se destinavam a causar terror em comunidades camponesas, a deter espirais de resistência e protesto social ou a eliminar lideranças das organizações de base.

A maioria destes crimes pode ser relacionada diretamente com a expansão dos monocultivos de grande escala. A soja dificulta o acesso à terra e gera violência contra os setores da população rural organizada. Desde o ano de 94 a taxa de execuções aumentou muito. Desde esse ano foram cometidas, em média, 69 execuções a cada 2 meses. Esta etapa coincidiu justamente com um aumento da taxa de expansão de soja até 150 mil hectares /ano. Em 1995 eram cultivados 800 mil hectares; em 2003 chegou-se a 2 milhões, e atualmente a soja cobre 2,4 milhões de hectares.

Desta forma, as regiões onde ocorreram mais execuções coincidem relativamente com as regiões onde se situa a fronteira da agricultura mecanizada. Guardas parapoliciais ou capangas foram os algozes de 53 casos de execução, enquanto a polícia nacional cometeu 22 execuções. *Javiera Rulli, "La paramilitarización del campo con la expansión de la soja", Base Investigaciones Sociales, Buenos Aires, Argentina, 25 de fevereiro de 2008*

2008. Aqueles que vivemos há muitos anos no Paraguai temos a sensação de que ainda não chegou seu momento positivo na História. O momento negativo ele já teve, quando, na década de setenta do século XIX, o então Império do Brasil e as Repúblicas da Argentina e do Uruguai, na chamada Guerra Grande, o destroçaram, reduziram-no geograficamente e dizimaram sua população. Desde então não levantou a cabeça.

Atualmente, a encruzilhada histórica se apresenta desta forma: um mesmo partido político, com uma pseudodemocracia de governo, está há sessenta anos no poder com uma política corrupta, clientelista, de mamatas e vendendo a soberania nacional para sobreviver.

E já não se aguenta mais isso. De cada 100 crianças que começam a primeira série do ensino fundamental somente 30 chegam ao ensino médio. Cento e cinquenta mil camponeses deixam suas terras a cada ano e vêm para o Departamento Central ou para a capital, Assunção. Os 10% de população mais rica consomem 90 vezes mais que os 10% de população mais pobre. Um de cada três paraguaios não tem acesso a centros de saúde. Dois milhões e meio de habitantes (de cinco milhões e meio) estão abaixo da linha da pobreza. A insegurança tomou conta do país, que tem 14 mil policiais, muitos deles os chamados *polisbandí*, que participam dos roubos, dos sequestros, ou vivem de propinas.

Podemos dividir o Paraguai em três classes.

A dos patrões, composta pelos grandes latifundiários que cultivam soja ou têm gado, pelos grandes empresários muito ligados ao contrabando, pela máfia das drogas e pelas multinacionais, apoiadas por suas embaixadas.

A de seus servidores, à qual pertencem os políticos, os funcionários públicos e quem consegue um trabalho ou poder trabalhar tornando-se membro do Partido Associação Nacional Republicana, no poder há sessenta anos.

A das vítimas do sistema, 42% abaixo da linha da pobreza. *Francisco de Paula Oliva, Paraguay: un país en la encrucijada. Alai Amlatina, 01 de Julho de 2008.*

2010. A respeito das últimas gestões realizadas pelo Serviço Nacional de Qualidade e Sanidade Vegetal e de Sementes (Senave) e diante da iminente ofensiva contra seu titular, o senhor Miguel Lovera, declaramos tudo o que segue abaixo:

Comemoramos que o Senave, pela primeira vez em sua história, esteja cumprindo totalmente as ordens que as normas ambientais vigentes lhe designam, ao proceder à destruição dos cultivos de milho transgênico no departamento de Alto Paraná e ao anunciar que há todo um calendário que se fará cumprir nas zonas onde existam estes cultivos. As ações desta instituição do Estado demonstram claramente o compromisso assumido com o povo paraguaio, que se traduz na luta pela recuperação da soberania territorial, cultural e alimentar.

As organizações camponesas e indígenas e os membros da sociedade civil organizada temos plena consciência do impacto negativo que a introdução dos organismos geneticamente modificados chegará a ter nas comunidades. Uma mesa familiar invadida por transgênicos e agrotóxicos significa mais exclusão, mais miséria, mais morte de inocentes, mais dependência das multinacionais e mais humilhação para o Estado paraguaio.

Repudiamos fortemente a possibilidade de uma mobilização por parte dos únicos beneficiários do modelo agrícola neoliberal implantado no país, ou seja, os empresários do agronegócio, contra o que eles denominam “medidas exageradas” do Senave. Estiveram operando pelas costas da legislação sanitária e ambiental introduzindo por contrabando as sementes modificadas e hoje se sentem intimidados diante de uma eventual intervenção em seus cultivos; o fato de que se esteja buscando obedecer os preceitos legais lhes causa inquietação, porque não estão acostumados a lidar com a justiça, exceto quando é para subornar ou fomentar a corrupção dos funcionários públicos, sempre em defesa de seus próprios interesses acima dos da maioria. *Coordenadora Nacional de Organizações de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas (Conamuri), membro da CLOC e da Via Campesina Paraguai, Comunicado à opinião pública nacional e internacional, Assunção, 26 de agosto de 2010.*

2010. Após as polêmicas surgidas nos últimos meses entre sindicatos da produção e o Governo pela proibição de utilizar “organismos geneticamente modificados” na agricultura extensiva, o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAG, por sua sigla em espanhol) anunciou ontem uma resolução pela qual declara de interesse estratégico a experimentação com sementes de milho transgênico. [...] Esta nova posição que o setor de governo assume sobrevém

depois de fortes polêmicas surgidas com o setor produtivo, e principalmente com representantes de sindicatos agrícolas, que afirmaram que o país está demorando demais para autorizar um avanço que pode ser benéfico para toda a economia do país.

A situação chegou inclusive a um ponto de exasperação devido a intervenções realizadas há algumas semanas em alguns campos de cultivos por fiscais do Serviço Nacional de Qualidade e Sanidade Vegetal e de Sementes (Senave), que começaram a destruir áreas semeadas com milho transgênico. *El MAG autoriza ensayos sobre el maíz transgénico*, <http://www.abc.com.py/2010/09/08/nota/mag-autorizamaiz-transgenico-pais/>

2010. Hoje o Paraguai é a terceira zona de livre comércio mais importante do mundo depois de Miami ou Hong Kong. Seu tráfego fronteira e seu setor financeiro lhe dão fama de ser “a principal economia em expansão da região” e uma encruzilhada de caminhos com brechas insondáveis. As corredeiras dos rios Paraguai e Paraná formam a segunda bacia mais importante da América do Sul depois do Amazonas. Aqui se encontram Itaipu, a maior hidrelétrica em operação do mundo, e a “Entidade Binacional Yaciretá”, enorme represa cuja operação inundou 100 mil hectares e 200 ilhas, removeu mais de 40 mil pessoas, produziu cerca de 80 mil “desaparecidos econômicos” [categoria que engloba todos aqueles que perderam seus modos de vida e subsistência] e provocou acusações de grande corrupção e péssimo planejamento.

A desocupação ocorre sobretudo devido aos monocultivos, que sem consideração promovem a chamada Hidrovia Paraguai-Paraná, megaprojeto que consiste, como afirma a pesquisadora Elba Stancich, em “tornar navegáveis os 3.400 quilômetros de rio, 24 horas por dia, 365 dias por ano, para ‘comboios’ ou ‘trens’ de 20 barcaças ou mais”, violentando (com sua escala de operação e de remodelagem do ecossistema) todas as relações de uma vasta região para servir a seu modelo agroindustrial massivo, que somente no tocante à soja representa 42% das exportações paraguaias.

A elite sojeira, que opera em uma região que abrange partes da Bolívia, Brasil, Argentina e Paraguai, território conhecido como “república da soja”, é o feudo transnacional de uma burguesia fazendeira direitista que semeou terror e soja através da ação violenta de guardas armados, esquadrões da morte e “comissões de segurança cidadã” que impõem aos habitantes seus monocultivos mecanizados, calando a dissidência com o assassinato, o desaparecimento e a prisão. “Estas organizações”, diz Javiera Rulli, “que atuam como instrumento de repressão e controle social nos momentos em que os conflitos agrários se intensificam, são acusadas de realizar práticas totalmente ilegais: desocupações, invasões, torturas, assassinatos, ataques à liberdade de expressão e religião, contra quem não aceita sua ordem”. *Paraguay, puerta trasera de la Amazonía*, Ojarasca, 9 de outubro de 2010.

2012. A presença avassaladora de latifundiários vorazes, de grandes agroexportadores que controlam uma produção agrícola limitada a alguns produtos e de empresas de cidadãos estrangeiros, seria suficiente para compreender a presença de algumas famílias camponesas sem terra, parte das 300 mil apontadas como existentes no país vivendo em condições

subumanas, em zonas do enorme latifúndio que existe em Marina Cué, Curuguaty.

Para os grandes proprietários de muitos milhares de hectares, para juízes e fiscais às vezes acusados de estar a serviço desses poderosos interesses econômicos, e para o próprio governo, a classificação genérica destes casos é a de invasão da tão sagrada propriedade privada e de violação das leis do país.

Essas foram as razões utilizadas por advogados, fiscais e juízes para ordenar a desocupação, mesmo que à força, dos ocupantes de apenas uma pequena parte dos milhares de hectares acumulados de forma muito duvidosa pelo empresário Blas Riquelme, ex-presidente do Partido Colorado, que apoiou, inclusive, a ditadura de 35 anos de Alfredo Stroessner.

[...] O conhecido massacre de Curuguaty terminou em 15 de junho passado com a morte de 11 camponeses e seis policiais, a prisão de numerosos rurais e a emissão de mandado de prisão contra mais de 40, os quais fugiram do lugar alegando perigo para suas vidas.

Quase imediatamente, os partidos políticos tradicionais, com a sua maioria no Congresso, conseguiram desviar a responsabilidade do ocorrido para o governo do presidente Fernando Lugo e destituíram-no facilmente em cerca de 30 horas, mediante o impeachment convocado, sem levar em conta recomendações dos chanceleres da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), presentes em Assunção.

O que aconteceu em Curuguaty? Em busca de respostas, para além das respectivas posições das organizações políticas do país, formou-se a comissão investigadora independente, encabeçada pelo jurista espanhol Aifor Martínez e respaldada por advogados e personalidades locais.

A comissão coletou depoimentos em primeira mão de camponeses presentes durante a desocupação, bem como de policiais, funcionários, familiares das vítimas, empregados do hospital, e reuniu fotos e filmagens feitas durante o tiroteio.

O acúmulo de elementos permitiu aos integrantes do grupo definir alguns aspectos cruciais: a posição dos francoatiradores desconhecidos, providos de armas automáticas nunca usadas pelos lavradores, e a convicção de que foram esses elementos que desencadearam o conflito armado ao disparar e matar o dirigente dos camponeses e o chefe de operações da polícia enquanto negociavam; a existência nas mãos dos camponeses apenas de espingardas de caça e outras armas rudimentares, pelo que foi impossível que pudessem resistir ao ataque das forças policiais; a possibilidade latente de execuções extrajudiciais de alguns lavradores, uma vez iniciada a entrada com força da polícia no lugar; a negativa de auxílio a camponeses feridos, mostrada em filmagens, e inclusive a detenção e prisão de um menor ferido sem nenhum cuidado médico.

[...] A reivindicação sobre o que realmente aconteceu em Curuguaty tornou-se uma constante de tal amplitude que, durante o ato oficial pelo Dia Internacional dos Direitos Humanos, a representação da ONU no Paraguai solicitou ao presidente Federico Franco um esclarecimento urgente daqueles fatos. *Javier Rodríguez, Paraguay: ¿Qué pasó en Curuguaty?, Rebelión, 19 de dezembro, 2012*

2012. As tentativas de destituir o titular do Serviço Nacional de Qualidade e Sanidade Vegetal (Senave), Eng. Miguel Lovera, com uma lista de acusações que incluía sua posição “contra a produção agropecuária moderna”, por parte da União de Sindicatos da Produção (UGP, por sua sigla em espanhol) e a tentativa de liberar os transgênicos — que era explícita no tratoração prometido para o dia 25 de junho — revelam a luta para torcer o braço de um governo que, com muitíssimas limitações, tinha começado a dialogar com os movimentos camponeses. Mal aconteceu a destituição do Presidente Lugo, a manifestação de força promovida pelo agronegócio foi suspensa. As mesmas pressões foram sofridas pelo Ministro do Ambiente, Oscar Rivas, que chegou à Rio + 20 com uma posição nacional crítica ao agronegócio que foi impedida de ser manifestada no plenário da Cúpula.

Na Aliança Biodiversidade, condenamos o golpe que recebeu a rejeição de todo o povo paraguaio e denunciemos as grandes corporações do agronegócio, com a Monsanto e a Cargill à frente, como responsáveis, junto com os grandes proprietários de terras locais e os políticos cúmplices, por este golpe. Os vínculos e interesses comuns desses setores estão amplamente comprovados. *Aliança Biodiversidade, 25 de junho, 2012.*

2013. A eleição realizada no Paraguai em 21 de abril passado levou Horacio Cartes à presidência de mãos dadas com o partido colorado. Estas eleições tiveram como antecedente a destituição, em um processo sumaríssimo, de Fernando Lugo, Presidente da República do Paraguai. Fato político, por sua vez, apoiado no pretexto de uma suposta emboscada de um grupo de camponeses, que não passa de cinquenta pessoas, a uns policiais que passavam facilmente de trezentos, em Marina Kue, no distrito de Curuguay, departamento de Canindeyú.

A ideia da emboscada foi insuflada pela mídia corporativa, que responde a poderes econômicos da oligarquia paraguaia, com dois objetivos; primeiro: a destituição do presidente paraguaio, e segundo, a ideia de ativar com força a existência de um inimigo interno belicoso que deve ser combatido. A presença do inimigo interno se instala com um adicional que não pode passar despercebido, que é o de assumir o discurso e as reivindicações dos setores populares que no Paraguai são vítimas de um modelo econômico excludente. Dar este discurso para um grupo considerado “terrorista” não tem outro objetivo senão criminalizar os protestos populares contra a escandalosa desigualdade que reina no país. *Adilio Lezcano, El nuevo gobierno de Paraguay y la integración regional, Alai AmLatina, 25 de junho, 2013.*

2013. A resistência nas comunidades camponesas e indígenas aos monocultivos transgênicos implica uma luta cruel contra os interesses das transnacionais, que não hesitarão em intimidar utilizando os aparelhos repressivos do Estado, perseguir o protesto social com a eliminação física dos principais líderes através dos capangas a seu serviço, ou inventar uma guerrilha camponesa inexistente para embasar a violência e esvaziar o campo de camponeses e camponesas, com o governo militarizando assim as zonas de conflito, em um contínuo Estado de exceção. *Diana Viveros e Perla Álvarez, Conamuri, Soberanía alimentaria en Paraguay: sobre la cuerda floja, 7º Congreso Latino-Americano de Ciencia Política, ALACIP, Bogotá, Colômbia, 25-27 de setembro de 2013*

33 dias de criminalização na própria carne

Um dos detidos em decorrência do massacre de Curuguaty, Paraguai, em junho de 2012, conta sua história em primeira mão, e alguns vizinhos de sua comunidade falam de como o tiraram das garras da tortura e da prisão:

No dia do massacre de Curuguaty eu fiquei sabendo, e me chamaram para que viesse à comunidade, e não andasse nos caminhos. Quando vinha para a comunidade recebi uma chamada em meu celular, verifico o aparelho, retorno essa chamada e tomo conhecimento de que um companheiro camponês da comunidade onde eu faço a limpeza técnica foi ferido neste massacre, e então me pediram que fosse ver, e eu fui para o posto de saúde para ver exatamente o que estava acontecendo e quem era e como estava o companheiro ferido. Mas quando cheguei ao posto de saúde me isolaram e me disseram que estava usando a mesma roupa que os companheiros que estavam fazendo a ocupação, então me acusaram de fazer parte e me prenderam ali mesmo.

Levaram-me direto para a prisão de Curuguaty, onde estive por três dias, e aí fui torturado física e mentalmente. Maltrataram-me muitíssimo na delegacia e depois de três dias me transferiram para a penitenciária de Coronel Oviedo, e aí fiquei trinta dias mais os três primeiros dias, que somam os 33 dias pelos quais me mantiveram detido.

Houve muita tortura física, todos os dias por meia hora a cada dia sofria torturas físicas e, depois, 24 horas por dia torturas psicológicas que senti na própria carne. Sistemáticamente os policiais começavam, entre eles, a ameaçar um ou outro de morte, apontando indistintamente, se dirigindo a alguém dizendo: “vamos ver quem vamos matar esta noite, quem vamos castrar esta noite, com quem vamos fazer desaparecer esta noite, começavam a conversar assim entre eles na frente do resto de nós”.

O que a comunidade fez foi fazer uma manifestação de cinco dias. A juventude e os vizinhos se organizaram e foram à promotoria, diante dessa pressão nosso companheiro saiu da prisão. A pressão da comunidade, que se organizou, foi o mais importante para sua integridade física.

Também foi muito importante a incidência das rádios comunitárias que se uniram em uma só voz. Fizemos alianças a partir daí e transmitimos aqui ou daqui para outras regiões daqui da zona. Fizemos uma aliança permanente para organizar as pessoas. Por meio de chamadas telefônicas, organizamos a mobilização: “eu vou levar um saco de mandioca, eu vou levar milho, eu vou levar amendoim, eu vou levar mel”, diziam as senhoras, os homens, as garotas, e assim nos unimos, assim preparamos a mobilização para a resistência por meio da comunicação. No fim de junho e julho, quando o frio era intenso, era como um chuvisqueiro forte, fomos pelo menos cinco dias intensos — a maioria dos que protagonizaram a mobilização foram os jovens.

No mesmo dia do massacre, a informação nos chegava de Curuguaty, e nós começamos a publicar e publicar nas redes sociais e tínhamos contato com uma página de informação pública que foi criada depois do governo de Lugo. Tivemos contato com o pessoal que trabalha na produção. E enviando informação chegou a Anistia Internacional. Fomos, os da comunidade e os de

várias outras comunidades, direto para a cidade de Curuguaty, até que fizemos que se conseguisse a liberdade condicional, que pelo menos saísse da prisão. E ficamos esperando, mas tivemos ampla companhia do povo de Curuguaty, inclusive parentes de nosso companheiro tinham uma banda para alegrar as pessoas. Então se dançava, se esperava. E no último dia, quando se conseguiu sua liberdade, pelo menos de forma condicional, houve uma festa daquelas, ficamos no ar transmitindo inclusive a família que não pôde ir, e pelo menos ele chegou junto conosco a Curuguaty, por volta das vinte e duas ou vinte e três horas, porque decidimos esperá-lo. Esperamos ele e viemos todos juntos de noite. Chegamos às duas, três da madrugada, por aí chegamos todos e todas. Essas vivências também estão nas redes e na rádio. De todo o horror fizemos uma experiência muito bonita que ao mesmo tempo uniu as pessoas que antes não estavam unidas, gente que não participava naquele momento, e pelo menos todos se mobilizaram. E o melhor é que se conseguiu o que se queria. E há pouco, na semana passada, em 9 de outubro, conseguiu-se a plena liberdade novamente.

Da resistência ou da defesa dos territórios

Em 1º de fevereiro passado, sábado, moradores de Luz Bella observavam atônitos como uma escavadeira, com proteção policial, desmatava um lote em sua comunidade, em plena vigência da Lei de Desmatamento Zero na Região Oriental. Toda a comunidade, de norte a sul (segundo palavras dos luzbelianos), se uniu para impedir este crime ecológico. Isso lhes custou uma repressão violenta por parte da polícia. As pessoas estavam exercendo seu direito à defesa da vida. Luz Bella, com as mãos de todos os paraguaios nas suas, estava prevenindo a efetivação de um crime.

Luz Bella é uma colônia do distrito de Guayaibí, departamento de San Pedro, formada em 1973. No ano de 1998, iniciou um processo de planificação territorial com a criação de um Centro Ecourbanístico que delinea os parâmetros de desenvolvimento da comunidade. Não foi senão em 2005 que a soja e os agronegócios invadiram a região, iniciando um processo de degradação e de fortes impactos socioambientais.

Esta situação estimulou organizações de Luz Bella, entre elas a ACPAE-LB (Associação Camponesa de Produtores Alternativos e Ecológicos de Luz Bella), a dar os primeiros passos com autoridades locais de Guayaibí na elaboração de um Plano de Ordenamento Territorial (POT), ferramenta chave para deter a destruição que acompanha o avanço do agronegócio.

Os relatos de moradores da Colônia Luz Bella indicam o reaparecimento de conhecidas práticas da ditadura stronista como a intimidação, por meio de estranhos que entram na comunidade para “recolher” informação sobre líderes e dirigentes comunitários à base de ameaças. Um dia após a repressão, um confuso episódio tinge de sangue a Colônia Luz Bella com o assassinato de um morador. O conflito está instalado.

Este é apenas um dos tantos casos de conflitos que estão sendo vividos hoje em dia no campo. Conflitos motivados pelo avanço agressivo dos agronegócios, juntamente com pulverizações ilegais e desmatamento ilegal em várias zonas da Região Oriental do Paraguai.

Uma olhada rápida nas manifestações, mobilizações e ações do setor camponês configura muito claramente um mapa da resistência no Paraguai, que também pode ser visto como o mapa real da soberania sobre os territórios. Comunidades e assentamentos nos departamentos de Alto Paraná (El Triunfo, em Minga Guazú; Lote Ocho, em Minga Porá; San Isidro, em Los Cedrales; Chino Kue e Tierra Prometida, em Itakyry; Pto. Indio, em Mbaracayú), San Pedro (Luz Bella, em Guayaibí; assentamento Estrellita Aguaray e Colônia Ara Vera, Compañía 8 de Diciembre, Colonia San Vicente, assentamento Crescencio González, em General Resquín; Tapiracuai Loma, em Capi'ibary), Canindeyú (Maracaná, Colonia Tava Jopói, Marina Kue, Suizo Kue, em Curuguay), Caaguazú (Distrito de La Pastora; Comunidade Tacuatí Guazú, em San Joaquín; Colonia Ñurumi, em Repatriación), são alguns exemplos da defesa dos territórios por parte dos camponeses em nosso país.

Observou-se um tratamento altamente confuso por parte das autoridades no manejo do conflito. Várias delas manifestaram incapacidade institucional, evitando assim os papéis que lhes cabem e que são a própria justificativa para sua existência.

A resistência não gera violência, como muitos setores querem levar a acreditar. A resistência é um ato de defesa, defesa da vida, da saúde dos territórios e de sua gente. A fonte da violência é outra. A violência é gerada por aqueles que se apoiam na ilegalidade para “produzir”, contaminando seu caminho e degradando a qualidade dos ecossistemas, deteriorando o bem viver das pessoas.

A resistência é criminalizada neste esquema irracional onde as ações do governo determinam a proteção do interesse particular acima do interesse comum.

Hoje nosso apoio, o único possível, é a resistência. O apoio aos Defensores dos Direitos da Natureza.

SOBREVIVÊNCIA - Amigos da Terra
Paraguai, 7 de fevereiro de 2014

Defender as sementes camponesas é lutar por nosso direito à vida

Nós, camponeses e camponesas da África que fazemos parte da Via Campesina, nos reunimos de 12 a 14 de novembro no Zimbábue, no Centro de Permacultura de Fambidzanai, para discutir e preparar nossa defesa das sementes camponesas africanas e resistir aos ataques por parte de empresas e instituições.

Para nós, camponeses e camponesas que produzimos em pequena escala, as sementes são a base da vida. São parte essencial das culturas criadas pelas gerações anteriores e servem para transmitir os saberes adquiridos pelas comunidades camponesas do mundo todo. Estão integradas em um processo constante de criação e renovação. As sementes camponesas são patrimônio de todas as comunidades de camponeses e camponesas que as utilizam para alimentar o mundo. São a própria base da nossa soberania alimentar. Sem sementes, a autonomia dos camponeses é impossível.

Agora o futuro das sementes camponesas está em jogo. Ao longo dos últimos 20 anos, as empresas multinacionais aumentaram o controle que

exercem sobre as sementes. Como resultado, a diversidade das sementes desaparece a passos agigantados, e se põe em risco o acesso às mesmas por parte das gerações futuras.

No nosso continente, intensificam-se os ataques contra os sistemas de sementes tradicionais e os direitos dos camponeses. Estamos em um momento crucial, e a ameaça à nossa autonomia toma diversas formas.

Rejeitamos a introdução de tecnologias no âmbito da Revolução Verde. O paradigma é baseado, em grande parte, na uniformidade e privatização das sementes, em insumos externos e contaminantes. É mais uma tentativa por parte das multinacionais para crescer com nossos mercados. Como africanos, nos negamos a ser o novo brinquedo do agronegócio e nos recusamos a virar escravos das empresas através de suas sementes. Estas sementes uniformes criam uma dependência para os camponeses e não oferecem nenhuma garantia de que os ganhos e a produtividade serão superiores. Os transgênicos estão sendo impostos a camponeses e consumidores que não os querem nem precisam deles. Rejeitamos também as sementes “suicidas” [Terminator] projetadas geneticamente para ser estéreis. São imorais, perigosas e destroem nossa capacidade de conservar as sementes depois da colheita.

Rejeitamos totalmente os direitos de propriedade intelectual sobre organismos vivos, como são estabelecidos na UPOV e em outras leis injustas. Rejeitamos a entrada em vigor das leis sobre sementes que criminalizam a prática camponesa ancestral de replantá-las e trocá-las. Incluímos entre estas leis as novas normas aprovadas na África por intermédio da ARIPO (Organização Regional Africana da Propriedade Intelectual), COMESA (Mercado Comum para África Oriental e Meridional) e SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Meridional).

A destinação do dinheiro proveniente de doadores para promover o agronegócio e a Revolução Verde está fazendo de algumas ONGs e de determinados doadores meros provedores de serviços para as multinacionais. Na África, os camponeses são 80% da população. Produzimos a grande maioria dos alimentos que germinam. Já está na hora de nos consultarem ao elaborar políticas que nos afetam diretamente. Nós nos negamos a ser excluídos. Comprometemo-nos a dar voz aos produtores em pequena escala nestas questões que nos dizem respeito diretamente.

Reconhecemos o papel protagonista das mulheres na conservação, seleção e intercâmbio de sementes. São elas que velam por nossos saberes tradicionais.

Após os debates, nós, camponeses e camponesas dedicados à produção sustentável em pequena escala, decidimos exigir:

- * Respeito aos direitos dos camponeses de plantar, conservar, vender e trocar as sementes.
- * Processos de consulta e participação para qualquer negociação sobre políticas de sementes, registro de patentes sobre organismos vivos e direitos de propriedade intelectual.
- * Proibição dos transgênicos nos campos e nos alimentos.
- * Proteção das sementes camponesas locais e tradicionais contra a biopirataria e a contaminação genética.
- * Políticas a favor da soberania alimentar.

Nós, camponesas e camponeses da África que nos dedicamos à produção sustentável em pequena escala, estamos decididos a reclamar nosso espaço e conseguiremos aumentar a visibilidade do nosso trabalho no campo. Seguiremos unindo forças e aumentando nossas bases. Resistiremos e defenderemos nossas sementes. Levaremos a cabo as seguintes ações:

- * Realizar formação e trocar conhecimentos em nível político e prático.
- * Divulgar informações em colaboração com nossos aliados.
- * Conscientizar e mobilizar para influenciar nas políticas.
- * Elaborar materiais no idioma local de nossos membros.
- * Reunir saberes tradicionais para preservar e processar as sementes.

Em defesa de nossas sementes camponesas e de toda a humanidade.
Globalizemos a luta! Globalizemos a esperança!

Via Campesina
20 de novembro de 2013

Decisão da justiça argentina exige interromper a fábrica da Monsanto em Córdoba

A sentença declarou inconstitucionais as decisões municipais que aprovaram a instalação da Monsanto em Malvinas Argentinas

Celeste Caminos, La Gran Época, 9 de janeiro, 2014. A Segunda Câmara do Trabalho da Suprema Corte de Justiça da província de Córdoba, decidiu, na quarta-feira, 8 de janeiro, a favor dos habitantes e do Clube de Direito, sobre interromper a construção de uma fábrica da Monsanto em Malvinas Argentinas.

Em um recurso apresentado em setembro de 2012, solicitou-se que fosse parada a obra da empresa. O recurso apresentado contra o Município de Malvinas Argentinas declarou inconstitucional o decreto municipal que autoriza a Monsanto Argentina SAIC a realizar os trabalhos preliminares para a obra da Fábrica de Acondicionamento de Sementes de Milho.

A decisão judicial mostrou-se favorável aos habitantes de Malvinas Argentinas ao declarar “arbitrária e inconstitucional” a Resolução Nº 595/2012, emitida pela Secretaria de Ambiente da Província de Córdoba, e os decretos 808/2012 e 821/2013 sancionados pelo Município de Malvinas Argentinas, que habilitam a Monsanto a construir a fábrica na estrada Ruta A-88, a 16 quilômetros da capital cordobesa.

Como medida cautelar, o recurso exige que sejam suspensas as obras da fábrica acondicionadora de grãos da empresa Monsanto em Malvinas Argentinas, até que seja apresentado o estudo de impacto ambiental e realizada a consulta popular correspondente, como estabelece a Lei Geral de Ambiente Nº 25675.

Por sua vez, a empresa Monsanto emitiu um comunicado, que anuncia que vai apelar da sentença ao Tribunal Superior de Justiça, “dado que considera legítimo o seu direito de construir a fábrica ao ter cumprido todos os requisitos legais e ter obtido as autorizações para isso conforme a regulamentação vigente”.

Adrián Viplana, gerente de Assuntos Corporativos da Monsanto, considerou ontem, em uma entrevista, que não estão de acordo com a sentença e que, uma vez finalizado o estudo de impacto ambiental, gerarão a instância de debate através de audiência pública.

Também chamou de “fictícia” a paralisação da obra, já que a mesma se encontra nessas condições devido ao bloqueio.

Desde o dia 19 de setembro de 2013, habitantes autoconvocados e ambientalistas impediram a entrada de materiais de construção na obra civil, revezando-se dia e noite para que a construção da fábrica não possa continuar.

No que diz respeito a esta situação, a Monsanto emitiu um comunicado no dia 30 de dezembro, repudiando as ações dos manifestantes e declarando que “faz mais de três meses que os empregados e empreiteiros da Monsanto não podem exercer o direito de trabalhar”.

A Assembleia Malvinas Luta pela Vida declarou em um comunicado em seu Facebook que o “acampamento” vai continuar. “Agora vamos ser guardiões e supervisores do cumprimento da sentença judicial e continuaremos atentos aos passos que for dando o governo nacional, provincial e municipal”, destacaram.

A ativista Sofía Gatica publicou em seu Facebook: “não devemos achar que a Monsanto vai embora... devemos estar em alerta... daqui não nos movemos apesar de ter ganhado a batalha até que saia a decisão política do governo nacional ou provincial”.

Em um vídeo publicado no *youtube*, uma moradora de Malvinas Argentinas declarou que apostam em que a Monsanto se retire de Córdoba e que “se acabem os cultivos transgênicos, porque estão associados com as pulverizações com veneno, e isso está provocando danos gravíssimos ao ecossistema e à saúde das populações”.

<http://www.lagranepoca.com/30581-fallo-justicia-argentina-exigeinterrumpir-planta-monsanto->

Honduras território Monsanto: milho e democracia transgênica

Em 2007, Héctor Hernández, ex-ministro da Secretaria de Agricultura e Pecuária (SAG, por sua sigla em espanhol) denunciou ter sido “ameaçado por transnacionais que produzem transgênicos, diante da possibilidade de fechar o mercado em Honduras”.

Um relatório do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, por sua sigla em inglês) indicou que em 2011, em Honduras, existiam 29.579 hectares de milho transgênico, sendo um dos cinco países na América Latina que tinham esse tipo de cultivos.

As variedades BT (MON810), Roundup Ready (RR) (NK603), Herculex I e VTPRO (MON 89034) são produzidas comercialmente em sete departamentos do país, e, supostamente, foram excluídos os departamentos de Intibuca, Lempira e Gracias a Dios. A Escola Pan-americana de Agricultura conhecida como o Zamorano plantou 332 hectares no período 2011-12, como parte de uma estratégia para implantar os OGM em Honduras.

Segundo a Associação dos Produtores de Grãos Básicos, no final de 2012, em Honduras, 20% da colheita é proveniente de cultivos transgênicos, e, em um futuro próximo, o uso de cultivos geneticamente modificados aumentará exponencialmente. No início deste ano, o governo de Honduras anunciou um

investimento de um bilhão de dólares destinados ao plantio de grãos básicos, especificamente milho, programa denominado “Visión 20-20”.

Em abril de 2013, a Monsanto, Bayer e Nordic fizeram o lançamento da segunda fase do programa, sob o lema de “Plantar País com mais Milho”, com a meta de semear 10 mil hectares de milho, e cerca de 90 mil hectares até 2020.

Uma análise de Ángel Aguilar, intitulada “Situação dos transgênicos em Honduras” afirma que, acidentalmente, uma doação de sementes de uma igreja evangélica disseminou, quase descontroladamente, sementes transgênicas de milho pelo departamento de Intibucá, com seu cultivo se estendendo pelos departamentos de Santa Bárbara e Copán”. Posteriormente houve denúncias sobre a contaminação das variedades crioulas com a variedade StarLink, a qual tinha sido declarada não apta para o consumo humano. O StarLink foi disseminado através de milho doado pelo Programa Mundial para Alimentos (PMA).

Aparentemente, os primeiros cultivos de milho transgênico em Honduras foram realizados no Valle del Guayape, no ano de 2002, e os senhores Porfirio Lobo e Juan Artica são os pioneiros do plantio de milho Bt. Supõe-se que houve certas restrições quanto ao plantio de milho transgênico no sul do país, especificamente em Choluteca, diante da presença de teosinto, uma das variedades originais do milho.

Da mesma forma que a contaminação genética do milho, a frágil democracia em Honduras foi contaminada com o gene da tirania. E é, casualmente, o senhor Porfirio Lobo um dos pioneiros na imposição de um regime, o qual, disfarçado de democracia, veio demolindo o estado de direito, exercendo o poder em um agitado mar de violência, que serviu de pretexto para militarizar Honduras cada dia mais.

Depois do golpe de Estado do ano de 2009, Honduras converteu-se em um laboratório econômico, social e político, sendo o estado falido induzido a um caldo de cultura para acabar com a soberania nacional e destruir os escassos benefícios sociais obtidos ao longo do século XX. Com a edição da Lei RED-ZEDE (cidades modelo), a Lei Hipoteca, a flexibilização do mercado trabalhista, passando pela entrega do território nacional através das concessões para mineração e exploração de hidrocarbonetos, o país foi colocado nas mãos de investidores estrangeiros.

A autocracia que caracterizou o atual regime unido ao golpe desde o Congresso Nacional até a Suprema Corte de Justiça e a tentativa de fraude cometida nas eleições internas do ano passado são sinais inequívocos de uma democracia falida. Da mesma forma que o milho geneticamente modificado pelas empresas norte-americanas, a democracia em Honduras sofre de modificações letais induzidas desde o império a fim de perpetuar nossa submissão e replicar a fórmula por todo o continente.

Sambo Creek, 19 de novembro de 2013

Organização Fraternal Negra Hondurenha, OFRANEH

Ver o texto completo em:

<http://ofraneh.wordpress.com/2013/11/19/honduras-territoriomonsanto-maiz-y-democracia-transgenica/>

**Comitê Editorial**

Carlos Vicente, Argentina / M^a. Eugenia Jeria, Argentina / M^a José Guazzelli, Brasil / Valter da Silva, Brasil / Germán Vélez, Colômbia / Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica / Henry Picado, Costa Rica / Camila Montecinos, Chile / Francisca Rodríguez, Chile / Elizabeth Bravo, Equador / M^a Fernanda Vallejo, Equador / Silvia Ribeiro, México / Verónica Villa, México / David Cardozo, Paraguai / Norma Giménez, Paraguai / Martin Drago, Uruguai

Administração

Lucía Vicente - sitiobiodla@gmail.com

Edição

Ramón Vera Herrera - constelacion@laneta.apc.org ramon@grain.org

A revista *Biodiversidad, sustento y culturas* em versão digital, em espanhol, está disponível em:

<http://www.grain.org/article/categories/91-biodiversidad>

A *Alianza Biodiversidad* também produz *Biodiversidad en América Latina*, disponível em:

<http://www.biodiversidadla.org>

Sítios Web das organizações da *Alianza Biodiversidad*:

GRAIN <http://www.grain.org>

REDES - Amigos de la Tierra <http://www.redes.org.uy>

ETC Group <http://www.etcgoup.org>

Grupo Semillas <http://www.semillas.org.co>

Acción Ecológica- Ecuador <http://www.accionecologica.org>

Campaña Mundial de la Semilla de Vía Campesina <http://www.viacampesina.org>

Acción por la Biodiversidad <http://www.biodiversidadla.org>

Red de Coordinación en Biodiversidad <http://redbiodiversidadcr.info/>

Sobrevivencia <http://www.sobrevivencia.org.py>

Centro Ecológico/Ipê, Brasil <http://www.centroecologico.org>

Sítio temático:

<http://www.farmlandgrab.org/> y <http://www.bilaterals.org/>